



Ricardo Alexandre Gomes Vaz Aboim

# Impacto do COVID-19 no setor da restauração

## Limitações no acesso a linhas de crédito

“Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia Universidade de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão”

Outubro de 2020



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## **Ficha de Identificação do estágio**

**Título:** Impacto do COVID-19 no setor da restauração – Limitações no acesso a linhas de crédito

**Tipologia do documento:** Relatório de Estágio

**Autor:** Ricardo Alexandre Gomes Vaz Aboim

**Número de aluno:** 2015257523

**Curso:** Mestrado em Gestão

**Instituição:** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

**Entidade de acolhimento:** Caixa Crédito Agrícola

**Supervisor Profissional:** Doutor Jorge Miguel Pinto Ferreira Vicente

**Orientador Académico:** Doutora Isabel Maria Correia Cruz

**Período de estágio:** 10 de fevereiro de 2020 a 3 julho de 2020 (suspensão a 13 de março de 2020)

**Data:** 30 de outubro de 2020

## Resumo

O presente trabalho foi realizado a fim de obter o grau de Mestre em Gestão, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O relatório faz um enquadramento do período COVID-19 de forma a compreender melhor as políticas de apoio implementadas pelo Governo português e as dificuldades no acesso ao financiamento por parte das organizações do setor. A pandemia foi a razão pelo qual o Estágio Curricular foi suspenso precocemente, servindo assim de inspiração para a realização do relatório, utilizando o universo temporal correspondente para explorar o impacto que o vírus ia tendo no setor do turismo, com principal foco na área da restauração. Esses mesmos efeitos tentavam ser combatidos pelo Governo e pelas autarquias, com a implementação de um leque vasto de medidas e apoios a todos os setores de atividade, mas foi perceptível que essas não tiveram a decorrência pretendida, com vários problemas que se foram revelando, principalmente no acesso às linhas de crédito.

Com a análise é possível retirar o ponto mais negativo da crise sanitária e económica, os entraves que consequentemente surgiram ao nível do financiamento, a ineficácia quanto às ajudas disponibilizadas pelo Governo, o sofrimento transpassado na forma de inquéritos pelas pessoas e pelas empresas, todo o descalabre de um setor que implorava por ajuda. Inicialmente, é transmitida uma ideia de evolução exponencial do setor turístico, com os últimos anos a apresentarem melhoria em todos os indicadores analisados, pelo que é também através desse positivismo e otimismo que o estudo finaliza, com boas perspetivas de futuro.

**Palavras-Chave:** Pandemia COVID-19; Linhas de crédito; Turismo; Setor da Restauração; Estado de Emergência.

## Abstract

The present work was carried out in order to obtain a Master's degree in Management, at the Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

The report provides a framework for the COVID-19 period in order to better understand the support policies implemented by the Portuguese Government and the difficulties in access to finance by organizations in the sector. The pandemic was the reason why the Curricular Internship was suspended early, thus serving as inspiration for the realization of the report, using the corresponding time universe to explore the impact that the virus was having in the tourism sector, with a main focus in the area of catering. These same effects were trying to be combated by the Government and the local authorities, with the implementation of a wide range of measures and support to all sectors of activity, but it was noticeable that these did not have the intended outcome, with several problems that were revealed, mainly in the access to credit lines.

With the analysis it is possible to remove the most negative point of the sanitary and economic crisis, the obstacles that consequently arose in terms of financing, the ineffectiveness of the aid provided by the Government, the suffering passed through in the form of inquiries by people and companies, all the of a sector that begged for help. Initially, an idea of exponential evolution of the tourism sector is transmitted, with the last years showing improvement in all the analyzed indicators, so it is also through this positivism and optimism that the study ends, with good prospects for the future.

**Keywords:** COVID-19 pandemic; Credit lines; Tourism; Catering Sector; Emergency State.

## Índice Geral

Resumo.....	i
Abstract .....	ii
Índice de Tabelas .....	iv
Índice de Figuras.....	v
Abreviaturas .....	vi
Introdução.....	1
Parte I.....	3
1. Estágio Curricular .....	4
1.1. Apresentação da entidade de acolhimento .....	4
1.2. Objetivos e enquadramento do estágio .....	8
Parte II.....	9
1. Fontes de financiamento de micro e pequenas empresas: comparação com a Crise de 2008...10	
2. Evolução do turismo e restauração em Portugal .....	13
3. A pandemia COVID-19.....	19
3.1. Aparecimento do COVID e sua evolução.....	19
3.2. Fase de faturação zero: os dois meses do Estado de Emergência.....	21
3.3. Fim do Estado de Emergência e retoma do setor .....	24
4. Medidas de apoio concedidas .....	27
4.1. Lay-off simplificado .....	27
4.2. Linhas de crédito .....	28
4.3. Moratórias de crédito.....	29
4.4. Outros apoios estatais .....	30
4.5. Apoios oferecidos pelas autarquias .....	30
5. Impacto real nas empresas do setor .....	33
5.1. Avaliação do Banco de Portugal .....	33
5.2. Avaliação da AHRESP .....	36
5.3. Análise crítica.....	41
6. Perspetivas de futuro .....	46
Conclusão .....	50
Bibliografia.....	52
Anexos .....	56

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Síntese dos resultados dos inquéritos realizados pelo Banco de Portugal e pela AHRESP em relação aos efeitos do COVID-19 nas empresas .....	40
--	----

## Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução histórica do Grupo Crédito Agrícola .....	6
Figura 2 - Evolução da situação financeira do Grupo CA, nos últimos 3 anos .....	7
Figura 3 - Evolução do valor de crédito por tipo de operação do Grupo CA, nos últimos 3 anos.....	7
Figura 4 - Evolução do valor de crédito a clientes do Grupo CA, nos últimos 3 anos .....	8
Figura 5 - Evolução do número de hóspedes em Portugal nos últimos 4 anos, em milhões .....	14
Figura 6 - Evolução do número de viajantes nacionais e estrangeiros que passaram por Portugal nos últimos 4 anos, em milhões .....	15
Figura 7 - Evolução do número de hóspedes nacionais e estrangeiros por região em Portugal no ano de 2109, em milhões .....	15
Figura 8 - Evolução do número total de dormidas em Portugal nos últimos 4 anos, em milhões ....	16
Figura 9 - Ritmo de crescimento das receitas turísticas em Portugal 2018 e 2019.....	16
Figura 10 - Número de hóspedes em Portugal por países em 2019 .....	17
Figura 11 - Crescimento percentual das compras dos consumidores no início de 2020, segundo o Grupo Kantar .....	20
Figura 12 – Fatores que mais poderiam prejudicar a atividade empresarial num curto e médio prazo com o surgimento do vírus.....	21
Figura 13 - Evolução dos gastos dos consumidores por categorias, segundo um estudo baseado nos custos da crise COVID-19.....	23
Figura 14 - Conjunto de linhas de crédito disponibilizadas pelo Governo como forma de apoio às empresas face ao surto COVID-19 .....	29
Figura 15- Evolução do impacto do COVID-19 nas empresas pertencentes aos vários setores de atividade entre maio e junho, com base no inquérito realizado pelo Banco de Portugal .....	36
Figura 16 – Evolução do impacto do COVID-19 no setor da restauração e bebida e do alojamento turístico entre março e abril, com base num inquérito realizado pela AHRESP .....	37
Figura 17 - Evolução do impacto do COVID-19 no setor do alojamento turístico entre maio e julho, com base num inquérito realizado pela AHRESP .....	38
Figura 18 - Evolução do impacto do COVID-19 no setor da restauração e bebidas entre maio e julho, com base num inquérito realizado pela AHRESP.....	39
Figura 19 - Percurso para obtenção das linhas de crédito lançadas pelo Governo para ajudar no combate ao COVID-19 .....	43

## Abreviaturas

AHRESP – Associação de Hotelaria, Restauração e Similares em Portugal

B2B – Business-to-business

CA – Crédito Agrícola

CAE – Classificação da Atividade Económica

CEIIA – Centro de engenharia para o Desenvolvimento de Produto

CIP – Confederação Empresarial de Portugal

COVIDIREE - Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas – COVID-19

DGS – Direção Geral de Saúde

ENI - empresários em nome individual

FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

FGCAM - Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

FMI – Fundo Monetário Internacional

IAPMEI – Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições particulares de solidariedade social

IRC – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas

OTM - Organização Mundial de Turismo

P2P – Peer-to-peer

PIB – Produto Interno Bruto

PME - Pequenas e médias empresas

PRO.VAR – Promover e Inovar a Restauração Nacional

QCA III - Quadro Comunitário de Apoio III

QR Code – Quick Response Code

QREN - Quadro de referência Estratégico Nacional

ROA – Return on Assets

ROC - Revisor Oficial de Contas

ROE – Return on Equity

SARS-CoV-2 - Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2

SICAM - Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo

SPGM – Sistema Português de Garantia Mútua



## Introdução

O presente trabalho consiste no relatório de estágio, efetuado para obtenção do grau de Mestre em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O estágio curricular apresenta-se como uma etapa complementar ao percurso escolar onde os estudantes são preparados para o exercício de uma profissão, ou seja, serve para por em execução os conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica numa fase mais prática e realista.

Neste relatório, descrevem-se as atividades desenvolvidas no estágio realizado na Caixa Crédito Agrícola, em Coimbra, durante o curto período de 1 mês devido a circunstâncias extraordinárias relacionadas com o vírus COVID-19, que dessa forma também se apresentou como fator-chave para a escolha do tema tratado. Ao observar as mudanças abruptas que rodeavam e impediam o normal exercício da atividade da grande maioria das pequenas e médias entidades, foi crescendo a motivação em tentar perceber melhor este novo contexto. Neste sentido, com especial ênfase no setor da restauração e nas dificuldades com que se confrontava. Com recurso, essencialmente, a uma análise documental, fez-se uma descrição das várias fases de evolução da pandemia em Portugal, reconhecidas pelo Governo nas políticas implementadas de contenção da mesma, até setembro, bem como o leque de ajudas financeiras que foi disponibilizado, e o seu real impacto nas empresas do setor da restauração.

O principal objetivo do estágio é a integração do estagiário nas atividades gerais da entidade de acolhimento, com realização de tarefas em diversas áreas funcionais, assim como a aproximação a uma área específica de interesse reconhecido pela entidade de acolhimento (FEUC, 2020). A pandemia que se instalou no início deste ano civil restringiu essa possibilidade, mas por outro lado permitiu explorar um tema que suscitou interesse devido à abundância de notícias divulgadas pelos media.

Passou-se por um início de ano completamente atípico, observando a instalação de uma crise sanitária no país e com ela uma crise económica e financeira sem precedentes. Foram muitas as tentativas de ajudas prestadas não só pelo Governo, mas também pelas autarquias, de forma minimizar os efeitos que a mesma estava a ter sobre os indivíduos e as empresas. Algumas das principais medidas vão ser referidas ao longo do relatório, embora ainda tenham existido muito mais, especialmente por cada autarquia a título individual, fazendo face às diferenças de intensidade com que cada comunidade era afetada.

Sendo assim, encontra-se estruturado em dois capítulos base. O primeiro capítulo define-se como a apresentação do estágio curricular, aliado à evolução do Grupo Caixa Agrícola e às atividades desenvolvidas ao longo desse curto período. Após isso surge, o foco central do relatório, o segundo capítulo onde o tema abordado se encontra retratado através de seis momentos distintos.

Primeiramente foi realizada uma breve introdução das micro e pequenas empresas existentes em Portugal, com especial foco nas suas fontes de financiamento e na forma como essas foram afetadas após a Crise financeira de 2008. Depois, entra-se numa fase de retrospectiva do que foi o turismo nos últimos anos, a sua evolução histórica e a sua importância para a economia nacional. Na secção seguinte faz-se uma exposição sobre a pandemia relacionada com o COVID-19 e todas as suas repercussões na atividade do setor do turismo e restauração, com estruturação em três fases, o aparecimento concreto do vírus e a sua evolução, o período de faturação zero, com a instalação do Estado de Emergência, e a fase que correspondeu ao fim do mesmo e consequente retoma da atividade no setor. Sem ter a pretensão de esgotar todas as soluções, apresentaram-se, ainda, as medidas e apoios concedidos pelo Governo e pelas autarquias, com especial relevo no lay-off, linhas de crédito e moratórias. Posteriormente, faz-se a avaliação do impacto real dos efeitos da pandemia nas empresas do setor através da análise de inquéritos realizados pelo Banco de Portugal e pela AHRESP, assim como uma análise sucinta dos efeitos que as medidas disponibilizadas tiveram na realidade das empresas do setor. Por fim, pretende-se ainda dar uma última perceção do futuro e das oportunidades que poderão surgir, privilegiando a capacidade de adaptação das empresas e o sentido de inovação.

# Parte I

## 1. Estágio Curricular

A realização de um estágio curricular por parte de alunos finalistas permite aproximar o indivíduo que acabou o seu percurso académico inicial da realidade do exercício profissional na sua área de formação, conduzindo ao desenvolvimento de competências socioprofissionais que facilitam o desempenho e a inserção na vida profissional.

Tendo em conta que o mundo está em constante evolução, torna-se cada vez mais necessário que os estudantes adquiram conhecimentos e competências que lhes sejam úteis para a sua vida futura numa vertente mais pragmática, sendo que a experiência é cada vez mais decisiva para a carreira profissional. Atendendo ao facto de que o estágio proporciona o conhecimento e a integração na dinâmica do mercado de trabalho, além do *know-how* sobre a organização empresarial e a ajuda no desenvolvimento das *soft skills* dos estagiários, ele promove automaticamente a inclusão na vida profissional e numa nova realidade muitas vezes desconhecidas para os estudantes, associando a teoria desenvolvida nos estabelecimentos escolares com a prática.

No âmbito do estágio curricular, pertencente ao segundo ano do mestrado em Gestão, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, o estágio foi realizado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra.

### 1.1. Apresentação da entidade de acolhimento

O Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado pela Caixa Central, constituído por 79 Caixas Associadas e por empresas especializadas. Em Coimbra, o grupo encontra-se representado por 6 agências, com a sede na Rua João Machado, nº78, para além das agências da Adémia, Antanho, Miranda do Corvo, Taveiro e Nogueiras, na qual foi realizado o estágio e que contava com 4 colaboradores.

De uma forma sumativa, o Grupo Crédito Agrícola tem atualmente cerca de 109 anos de existência em Portugal. A origem histórica das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo está associada às Santas Casas da Misericórdia, fundadas em 1498, bem como aos Celeiros, criados em 1576, instituições de crédito agrícola e industrial, onde eram concebidos empréstimos, especialmente a agricultores, por forma a poder socorrer os mesmos em anos de escassa produção, através do adiantamento ao nível de matérias-primas agrícolas. Este tipo de negócios passou mais tarde a ser substituído pela introdução da moeda como forma de pagamento, já em 1862.

O verdadeiro Crédito Agrícola nasceu escassos meses depois da implantação da República, a 1 de março de 1911.

Em 1978, e após o movimento revolucionista do 25 de Abril de 74, foi criada a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo – FENACAM, cuja missão central era o apoio e representação, nacional e internacional, das suas Associadas.

Já em 1984, depois do Grupo ter estado sob alçada da Caixa Geral de Depósitos nos anos 20 e 30 e ter sido recuperado mais tarde, criou-se a Caixa Central, orientada para regular a atividade creditícia das suas caixas associadas, e foi igualmente instituído o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM). Este novo enquadramento favoreceu a significativa expansão do Crédito Agrícola durante a década de 80.

Com a entrada do país na Comunidade Europeia, foi criado um diploma que previu a adoção de um modelo organizativo – um Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) – assente no conjunto formado pela Caixa Central e pelas suas associadas, mas em que a Caixa Central passava a exercer funções de liderança em matéria de orientação, fiscalização e representação financeira do SICAM.

O Grupo CA decidiu em 1994 valorizar a sua prestação de produtos e serviços financeiros, fazendo nascer a empresa especializada na gestão de fundos de investimento mobiliário, hoje a “CA Gest”, e a “CA Consult”, para a área de assessoria financeira. Em termos de seguradoras foi criada a “Rural Seguros”, hoje designada “CA Seguros”, seguradora Não Vida, e cinco anos depois, surgia a “Crédito Agrícola Vida”, hoje “CA Vida”, seguradora do ramo Vida. Para além destas, também foi criada em 1993 a “Rural Informática”, hoje “CA Informática” e, mais recentemente, o destaque vai para o lançamento da “CA Serviços”.

Foram posteriormente introduzidos programas de modernização tecnológica, não só para atender às necessidades dos clientes, que estavam em constante mudança devido essencialmente às inovações tecnológicas, mas também para consolidar o grupo a nível financeiro e da sua distribuição territorial.

Partindo do anterior símbolo, desenvolveu-se uma imagem corporativa mais contemporânea, tendo por base a folha de árvore estilizada, cuja forma aponta para o futuro e as cores a refletir os valores do Grupo, com o laranja como indutor de mudança e modernização.

Nos anos mais recentes, o Grupo Crédito Agrícola foi galardoado com diversas distinções em várias áreas: banca, seguros e fundos de investimento, conjunto de prémios que

traduziram da melhor forma o que foram os últimos anos de completo sucesso do Grupo CA.  
(Crédito Agrícola, 2020)

Figura 1 - Evolução histórica do Grupo Crédito Agrícola



Fonte: [www.creditoagricola.pt](http://www.creditoagricola.pt)

Atualmente, a rede de retalho do Grupo CA (composta por 657 agências) constitui-se como a maior rede do sistema bancário nacional, baseia-se em valores corporativos como a solidez, a proximidade, confiança e simplicidade e tem como visão transformar o Crédito Agrícola num Grupo Financeiro sustentável, inovador, ecológico, responsável, inclusivo, próximo e, sobretudo, de confiança.

Tem vindo a reforçar a sua presença internacional através da rede de escritórios de representação e o alargamento da oferta de produtos e serviços destinados a apoiar a atividade internacional das empresas portuguesas, fixando-se em França, Luxemburgo, Suíça e Espanha.

A Caixa Central, apesar de juridicamente ser uma Cooperativa, adotou um modelo que se baseia na constituição de um Conselho Geral e de Supervisão, de um Revisor Oficial de Contas (ROC), de um Conselho de Administração Executivo, de um Conselho Superior e de uma Mesa de Assembleia Geral.

De acordo com o Relatório e Contas consolidado referente ao ano de 2019, foi possível identificar um aumento de quase todos os indicadores financeiros do grupo, originando um consequente aumento do resultado líquido para cerca de 131 milhões de euros, sensivelmente mais 14,5% relativamente ao ano anterior, isto aliado ao aumento da rentabilidade dos

capitais próprios, ROE, (de 7,4% para 7,9%) e da rentabilidade dos ativos, ROA, ( de 0,6% para 0,7%) (Crédito Agrícola, 2020, p. 89).

Figura 2 - Evolução da situação financeira do Grupo CA, nos últimos 3 anos

Evolução do GCA	Valores em milhões de euros		
	2017 Dez.	2018 Dez.	2019 Dez.
Recursos de Clientes (on e off balance)	14.868	15.877	17.062
dos quais depósitos	12.586	13.856	15.205
dos quais fundos e seguros de capitalização a)	2.282	2.021	1.857
Créditos sobre Clientes Bruto	9.373	9.891	10.555
Créditos sobre Clientes Líquido	8.721	9.420	10.160
Activo Líquido	17.988	18.790	19.362
Situação Líquida	1.449	1.516	1.672
Margem Financeira	330	349	331
Comissionamento Líquido	113	116	123
Margem Técnica de Seguros	9	27	31
Produto Bancário Recorrente b)	449	486	487
Produto Bancário	562	511	541
Resultado Líquido	152	112	131
Rácio de Non-Performing Loans (NPL) com inst. 20/2019	n.d.	11,1%	9,2%
Rácio de Non-Performing Loans (NPL) sem inst. 20/2019	15,2%	10,4%	8,3%
Rácio de Cobertura de NPL por Imparidades	45,1%	44,0%	42,2%
Rácio de Cobertura de NPL por Imparidades e Colaterais	n.d.	132,0%	131,0%
Rácio Texas c)	n.d.	60,2%	50,3%
Rácio de Crédito Reestruturado	12,3%	8,2%	6,7%
Custo do Risco d)	-0,26%	-0,21%	-0,27%
Common equity tier 1	15,2%	15,2%	16,0%
Rácio de Solvabilidade Total - GCA - %	16,0%	15,9%	16,5%
Rácio de Eficiência - GCA - %	60,4%	68,4%	67,0%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	10,5%	7,4%	7,9%
Rentabilidade dos Activos (ROA) - %	0,8%	0,6%	0,7%
Número de colaboradores e)	4.068	4.067	4.194

Fonte: [www.creditoagricola.pt](http://www.creditoagricola.pt)

Também se verificou uma clara evolução dos valores do crédito a clientes comparativamente com os valores do ano anterior, destacando-se o crédito ao investimento (+19,2%), o crédito à habitação (+4,8%) e o crédito pessoal (+5,0%), sendo que os principais aumentos no fornecimento de crédito foram para empresas (+10,3%), enquanto que os particulares aumentaram embora sem tanta intensidade (1,2%). (Crédito Agrícola, 2020, p. 65)

Figura 3 - Evolução do valor de crédito por tipo de operação do Grupo CA, nos últimos 3 anos

Evolução do Crédito por Tipo de Operação	2017	2018	2019	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %					
Crédito à habitação	2.777	2.905	3.046	141	4,8%
Crédito ao investimento	1.768	2.259	2.692	433	19,2%
Crédito à tesouraria / actividade	1.248	1.326	1.420	94	7,1%
Crédito pessoal	426	479	502	24	5,0%
Papel comercial	291	273	350	77	28,2%
Leasing	179	214	233	20	9,3%
Cartões de crédito	36	40	44	4	10,5%
Descobertos bancários	21	22	16	-6	-27,1%
Outros créditos	2.688	2.443	2.310	-132	-5,4%
<b>Crédito a clientes bruto (1)</b>	<b>9.435</b>	<b>9.960</b>	<b>10.614</b>	<b>655</b>	<b>6,6%</b>
<b>Compromissos perante Terceiros (2)</b>	<b>1.202</b>	<b>1.323</b>	<b>1.421</b>	<b>98</b>	<b>7,4%</b>
Linhas de Crédito Irrevogáveis	791	895	1.041	146	16,3%
Linhas de Crédito Revogáveis	304	340	329	-11	-3,3%
Outros	107	89	52	-37	-41,7%
<b>Garantias prestadas (3) *</b>	<b>199</b>	<b>221</b>	<b>209</b>	<b>-12</b>	<b>-5,5%</b>
Subtotal (2+3)	1.401	1.544	1.629	86	5,5%
<b>Total (1+2+3)</b>	<b>10.836</b>	<b>11.504</b>	<b>12.244</b>	<b>740</b>	<b>6,4%</b>

Fonte: [www.creditoagricola.pt](http://www.creditoagricola.pt)

Figura 4 - Evolução do valor de crédito a clientes do Grupo CA, nos últimos 3 anos

Crédito a Clientes	2017	2018	2019	Δ Abs.	Δ %
<i>Valores em milhões de euros, excepto %</i>					
Crédito a Clientes bruto	9.435	9.960	10.614	655	6,6%
Empresas	4.965	5.867	6.471	604	10,3%
Particulares	4.470	4.093	4.144	50	1,2%
Crédito vencido há mais de 90 dias	510	338	270	-68	-20,1%
Rácio de crédito Vencido + 90 dias	5,4%	3,4%	2,6%	-0,9 p.p.	
<i>Non-performing loans (NPL)</i>	1.441	1.070	939	-131	-12,3%
Rácio de NPL com Inst. 20/2019	n.d.	11,1%	9,2%	-2 p.p.	
Compromissos perante terceiros	1.202	1.323	1.421	98	7,4%
Linhas de crédito irrevogáveis	791	895	1.041	146	16,3%
Linhas de crédito revogáveis	304	340	329	-11	-3,3%
Outros	107	89	52	-37	-41,7%
Garantias Prestadas *	199	221	209	-12	-5,5%

Fonte: [www.creditoagricola.pt](http://www.creditoagricola.pt)

Como forma de epílogo, o Grupo CA foi recentemente premiado pelo quinto ano consecutivo como "O Melhor Banco no Serviço de Atendimento ao Cliente" e assume por completo, nos dias de hoje, a posição de topo no setor da banca.

## 1.2. Objetivos e enquadramento do estágio

Posto isto, é relevante referir que a escolha recaiu sobre esta entidade para a realização do estágio por estar integrada nas áreas que são de maior interesse pessoal, designadamente o setor da banca e dos investimentos financeiros. É também de referir que o estágio estava previamente programado para decorrer no período de 10 de fevereiro de 2020 a 3 de julho do mesmo ano, sendo que, devido à situação que se fez sentir com o aparecimento do vírus COVID-19, esse período ficou limitado a apenas um mês, terminando sensivelmente a 13 de março.

O objetivo principal do estágio foi dotar o estagiário de competências práticas na área comercial na banca, sendo que, apesar de tudo, esse permaneceu intacto. No curto período de tempo que o definiu, foram desenvolvidos mesmo assim inúmeros trabalhos, desde o apoio à realização de tarefas operacionais dos balcões, contacto com os clientes, colaboração na recolha de documentação e dados de apoio que permitissem a realização de atividades diárias da equipa, somado a múltiplos afazeres que surgiam no decorrer do dia de trabalho, tudo isto serviu como fonte de inspiração e aprendizagem para uma posterior integração no mundo de trabalho e nesta área específica.



## Parte II

## 1. Fontes de financiamento de micro e pequenas empresas: comparação com a Crise de 2008

Existe um mito de que somente as grandes organizações e multinacionais movimentam a economia, porém os micros e pequenos negócios desempenham um papel importante no desenvolvimento e crescimento económico do país. Em Portugal essa importância toma outras dimensões. As PME's, dada a data de junho do corrente ano, representavam cerca de 99,9% do total de empresas do país (1.295.299 empresas), sendo que se se restringisse a avaliação apenas às microempresas<sup>1</sup>, essa percentagem situava-se nos 96% (1.2 milhões), que correspondiam aproximadamente a 30% do PIB e 40% do emprego (PORDATA, 2020).

As pequenas organizações muitas vezes sofrem de graves lacunas nas competências de gestão, reduzidas ou inexistentes opções de crédito, praticamente não têm uma comunidade de apoio e, devido ao seu tamanho, acabam por pagar mais pelos mesmos produtos aos fornecedores (pois não conseguem negociar em escala) e, quase sempre, mais impostos (proporcionalmente às grandes empresas).

Aliado a tudo isso, está a dificuldade de obter financiamento, principalmente em tempos de crise, quando são mais precisos.

De forma simplista, o financiamento das empresas pode ser dividido da seguinte forma, tendo em conta a sua origem:

- Financiamento interno - financiamento através do autofinanciamento, isto é, pela retenção dos lucros obtidos, da gestão mais eficiente dos ativos (corrente e não correntes) ou do controlo racional de custos.
- Financiamento externo - financiamento através de capitais alheios (créditos de fornecedores, empréstimos bancários, linhas de crédito, *leasing* e *factoring*) ou através de capitais próprios (aumento de capital, *business angels*, capital de risco e recurso ao mercado de capitais) (Tavares, Pacheco, & Almeida, 2014, pp. 255-256).

O financiamento por fontes internas é a fonte que os empresários mais privilegiam pois permite que a empresa não se endivide com terceiros, no entanto a utilização inadequada destes lucros poderá provocar dificuldades de tesouraria de curto prazo.

---

<sup>1</sup> Empresas com menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual e/ou balanço total anual não excede €2 milhões.

Relativamente ao financiamento externo, há a distinguir aquele que é obtido através de capitais alheios e capitais próprios. Os capitais alheios são as fontes de financiamento provenientes de uma matriz externa à empresa, como os bancos, enquanto que o financiamento por capitais próprios é feito através de uma entidade investidora.

Dado o período de tempo analisado no presente relatório, é possível fazer uma comparação, em termos de impacto económicos, embora cada qual à sua dimensão, com a Crise de 2008. Segundo um estudo divulgado pelo INE sobre a evolução das PME no período 2004 a 2010, o capital alheio foi considerado a base de financiamento mais utilizado (INE, 2012).

Tendo por base a origem externa, de forma sucinta, é possível referir que o financiamento bancário é uma operação na qual um banco concede uma determinada quantia durante um período pré-determinado, ficando a empresa obrigada a reembolsar o capital emprestado, com o pagamento de juros previamente acordados.

As linhas de crédito, principal objeto de análise do relatório, são uma forma de financiamento alternativo, indicadas para fazer face ao aparecimento de ruturas inesperadas de tesouraria. A empresa terá acesso a um *plafond* previamente acordado, de onde pode retirar fundos consoante as suas necessidades de tesouraria.

O *leasing* define-se como um instrumento que a empresa pode recorrer quando não pretende afetar grandes quantidades de capital para ter acesso a um determinado bem. Neste financiamento a empresa locadora coloca a disposição do cliente (locatário) um determinado bem, em troca de um valor periódico que inclui capital e juros. No fim do contrato, existe a opção de compra do bem por um valor residual pré-estabelecido.

O *factoring* é um mecanismo financeiro de cobertura das necessidades de curto prazo que consiste na cedência dos créditos de curto prazo de uma empresa, a outra especializada de *factoring*, que passará a responsável pela cobrança desses créditos, permitindo substituir o crédito de conta corrente por um recebimento imediato.

Já o crédito de fornecedores também é considerado uma fonte de financiamento, onde as empresas têm a possibilidade de pagar a um fornecedor numa data posterior à compra, dentro de um prazo estabelecido, permitindo-lhes receber as matérias-primas e mercadorias, sem a necessidade de realizarem o pagamento de forma imediata (Freitas, 2015, pp. 16-17).

Nos anos que precederam a crise financeira de 2008, observou-se uma rápida acumulação de dívida por parte das sociedades não-financeiras e um aumento do rácio entre a dívida do setor e o PIB, que atingiu um valor superior a 130% em meados do ano. Esta evolução foi

induzida por condições de financiamento muito favoráveis e por expectativas de crescimento da produtividade que não se concretizaram. Consequentemente, foi necessário fazer um ajustamento, que se caracterizou pela contração da procura e a revisão negativa das expectativas dos agentes económicos. A adicionar a isto, os bancos enfrentaram restrições no acesso a financiamento no exterior e maiores exigências de capital, compreendendo um decréscimo simultâneo da oferta e da procura de crédito das empresas (Farinha & Félix, 2014).

O aumento do prémio de risco do país e a exigência de desalavancagem<sup>2</sup> dos balanços das instituições bancárias transmitiu-se às PME's por um aumento das dificuldades no acesso ao crédito (Iyer, Lopes, Peydró, & Schoar, 2013). Essas adversidades prolongaram-se ao longo dos anos e, numa altura em que voltou a ser necessário recorrer a este tipo de financiamento, não houve condições e capacidade para as ultrapassar.

---

<sup>2</sup> Redução do próprio endividamento financeiro.

## 2. Evolução do turismo e restauração em Portugal

Muitos autores procuraram definir a palavra turismo ao longo dos tempos, e embora sejam apresentadas várias versões da mesma, a Organização Mundial de Turismo (OTM) caracteriza oficialmente a palavra turismo como "as atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros" (OTM, 2008).

O Turismo de certa forma já existe desde o tempo da Idade Antiga, com a realização das famosas Olimpíadas na Grécia, onde milhares de pessoas se deslocavam para assistir ao vivo a eventos que interlaçavam a religião com o desporto.

Com o romper da Idade Moderna, criou-se o conceito de hotel, utilizado por grandes comitivas nas suas viagens por não se conseguirem alojar por inteiro em casas ou palácios. Já com o início das expedições marítimas em massa, nasceram os denominados primórdios da restauração, ou por outras palavras, as tabernas e pousadas, onde inicialmente eram vistas como estabelecimentos voltados para viajantes, aos quais, o povo das suas cidades não os frequentava (De La Torre, 1980).

Entretanto, o conceito de restaurante só se aproximou do que é nos dias de hoje após a Revolução Francesa, providenciando uma refeição partilhada na mesa onde os clientes se serviam a eles próprios, o que os encorajava a comer com rapidez. O estilo moderno formal de jantar ou almoço, onde clientes são servidos com a comida já preparada num prato, apenas chegou uns anos depois na França, em 1810.

Só através da Revolução Industrial é que surgiu o conceito de "verdadeiro Turismo" como é hoje conhecido, aquele onde as deslocações se realizavam tendo por objetivo o descanso, lazer, ou ainda motivos sociais ou culturais e não aquelas viagens que se prendiam mais com a atividade comercial, os movimentos migratórios, as conquistas ou as guerras.

Após várias épocas de crescimento do turismo proporcionadas pela evolução do mundo e dos tempos, (como o período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial ou o "Boom Turístico" de 1950 ou ainda a implementação de políticas a nível internacional, como o Tratado de Maastricht e o Acordo de Schengen, em 1992 e 1995, respetivamente), e também após várias épocas de decréscimos originados por crises passadas, (como o período da Idade Média e as Crises de 1929 e, mais recentemente, de 2008), atingiu-se um momento da história em que o turismo representa uma das principais fontes de riqueza dos países e

onde começam a surgir cada vez mais incentivos por parte de entidades internacionais para se desenvolverem atividades turísticas por forma a estimular avanços económicos.

Atualmente, para além de todos os incentivos internacionais, também nacionalmente cada país tem feito o seu papel no que toca ao desenvolvimento e crescimento da atividade turística, sendo que Portugal, ademais dos outros, se vinha a destacar neste quadro.

### Dados estatísticos:

Portugal é amplamente reconhecido na Europa pelo sol, pelas praias, pela gastronomia e pela sua herança cultural, patrimonial e religiosa. Nos anos mais recentes, o setor do turismo tinha sido a maior atividade económica exportadora do país, responsável, em 2019, por 52,3% das exportações de serviços e por 19,7% das exportações totais, tendo as receitas turísticas registado um contributo de 8,7% no PIB português. Mais hóspedes, mais dormidas e mais receitas era o retrato da atividade turística em 2019 face a 2018 (Turismo de Portugal, 2020).

Em termos de hóspedes, tendo o país como um todo, passaram pelas unidades de alojamento cerca de 26,9 milhões em 2019, um crescimento de mais de 7% face ao ano anterior, altura em que se tinham registado 25,2 milhões de turistas (Figura 5).

Figura 5 - Evolução do número de hóspedes em Portugal nos últimos 4 anos, em milhões



Fonte: [www.travelbi.turismodeportugal.pt](http://www.travelbi.turismodeportugal.pt)

Do valor de 2019, a fatia maior pertence aos viajantes estrangeiros, que continuavam a ser o principal cliente a nível turístico do país, com cerca de 16,3 milhões de pessoas estrangeiras a utilizarem unidades de alojamento, 6,5 % acima do valor registado no ano anterior (Figura 6).

Figura 6 - Evolução do número de viajantes nacionais e estrangeiros que passaram por Portugal nos últimos 4 anos, em milhões



Fonte: [www.travelbi.turismodeportugal.pt](http://www.travelbi.turismodeportugal.pt)

Direcionando a análise para as zonas e áreas em que o país se encontra dividido, também chegamos a conclusões deveras interessantes. Em 2019, a área metropolitana de Lisboa foi aquela que mais hóspedes acolheu ao longo do ano, com cerca de 8,2 milhões de pessoas, seguida da zona Norte, com cerca de 5,9 milhões e o Algarve, zona mais frequentada em época quente, com 5,1 milhões de turistas (Figura 7).

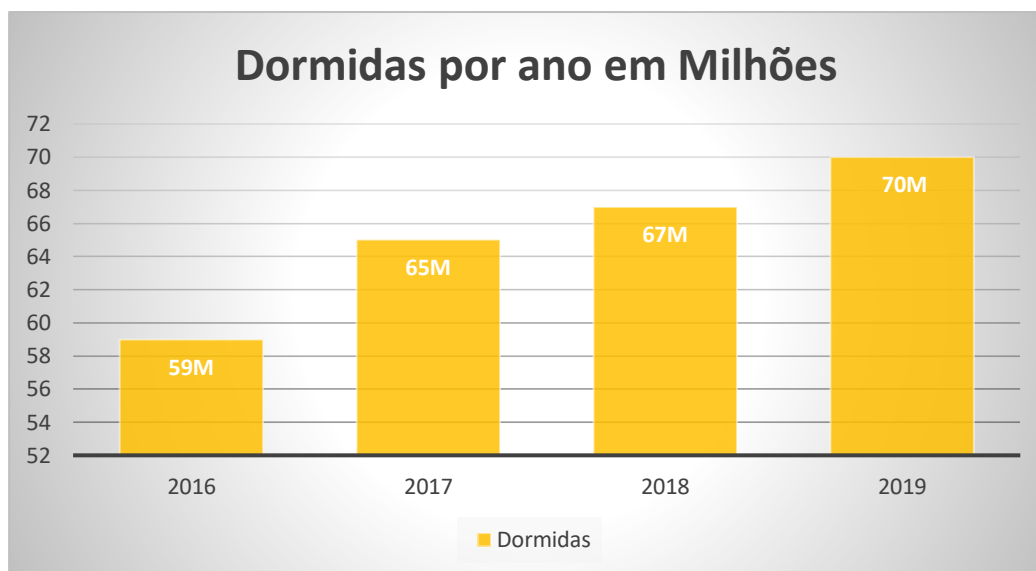
Figura 7 - Evolução do número de hóspedes nacionais e estrangeiros por região em Portugal no ano de 2019, em milhões



Fonte: [www.travelbi.turismodeportugal.pt](http://www.travelbi.turismodeportugal.pt)

No que diz respeito a dormidas, verificou-se também uma subida do número de hóspedes de 2019 tendo em conta o ano anterior, com as unidades de alojamento a registarem cerca de 69,8 milhões de dormidas, um crescimento de pouco mais de 3% (Figura 8).

Figura 8 - Evolução do número total de dormidas em Portugal nos últimos 4 anos, em milhões



Fonte: [www.travelbi.turismodeportugal.pt](http://www.travelbi.turismodeportugal.pt)

Mais hóspedes e mais dormidas significavam objetivamente mais receitas e mais dinheiro para a Economia do país. Em 2019, o ritmo de crescimento das receitas turísticas acresceu aos 8,1%, enquanto que os proveitos totais, que incluíam não só os valores gastos pelos turistas com o alojamento, mas também outros serviços, aumentaram 7,3% para mais de 4,2 mil milhões de euros (Figura 9).

Figura 9 - Ritmo de crescimento das receitas turísticas em Portugal 2018 e 2019

Resultados globais	Unidade	2018	2019	Tvh (%)
Estabelecimentos	nº	6 003	7 155	19,2
Capacidade de alojamento	"	616 333	643 308	4,4
Hóspedes	10 <sup>3</sup>	27 467,6	29 495,4	7,4
Dormidas	10 <sup>3</sup>	74 612,1	77 822,7	4,3
Estada média	nº noites	2,7	2,64	-2,9
Taxa de ocupação-cama (líquida) *	%	48,0	47,3	-0,7 p.p.
Proveitos totais *	10 <sup>6</sup> €	3 986,6	4 295,8	7,8
Proveitos de aposento *	"	2 993,2	3 229,9	7,9
RevPAR (Rendimento médio por quarto disponível) *	€	48,5	49,4	1,9

\* Apenas estabelecimentos de alojamento turístico: hotelaria, alojamento local (com 10 ou mais camas) e turismo no espaço rural/habitação

Fonte: Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros alojamentos (IPHH), Inquérito à Permanência em Parques de Campismo (IPCAMP) e Inquérito à Permanência em Colónias de Férias (IPCOL)

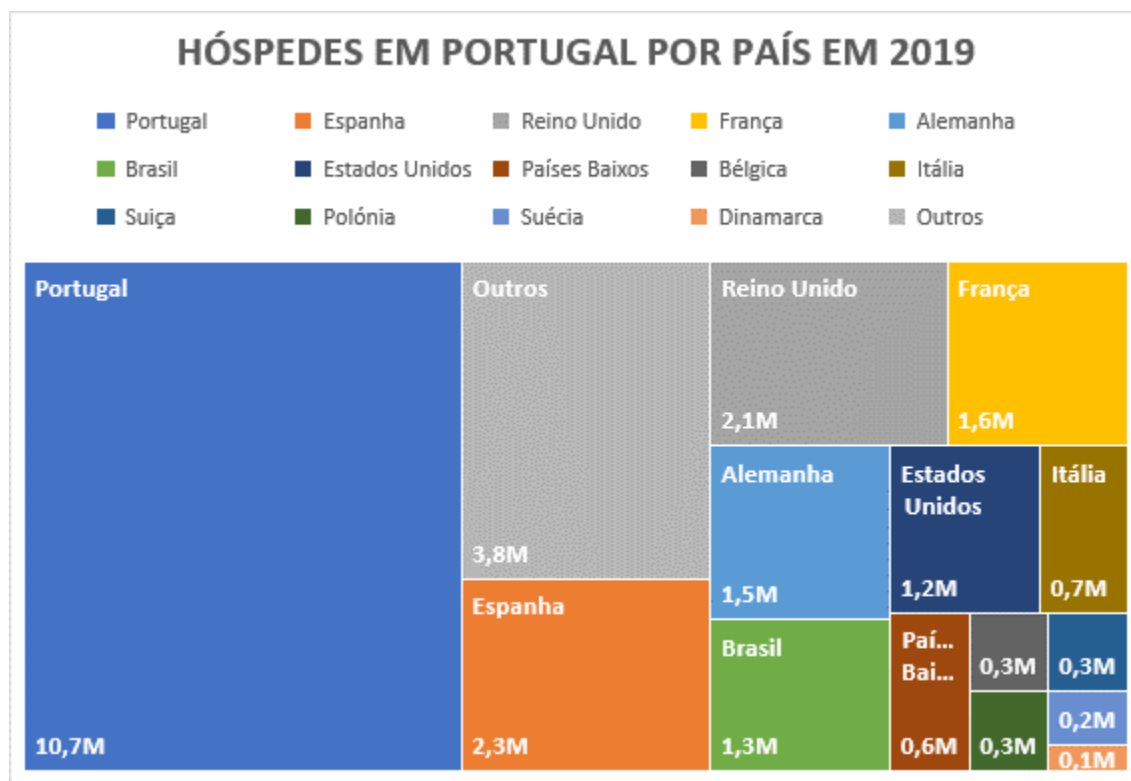
Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)



Apesar de o mercado interno ter registado um crescimento mais acelerado no número de hóspedes em relação ao mercado externo, este segundo continuava a ser o principal fator de riqueza para a Economia Portuguesa. O Reino Unido mantinha-se como principal emissor de turistas para Portugal, com cerca de 2,147 milhões de britânicos a escolherem em 2019 unidades hoteleiras nacionais, mais 5,8% que no ano anterior, e mais de 9,3 milhões de dormidas, representando 19,2% das dormidas de não residentes.

Juntamente com o Reino Unido, também países como os Estados Unidos, o Brasil ou até mesmo a China aumentavam a sua afluência de pessoas para o país Luso, contribuindo ao mesmo tempo para uma expansão significativa do mercado entre países. Em 2019 passaram por Portugal cerca de 1,190 milhões de hóspedes americanos, mais 210 mil que em 2018, enquanto que brasileiros foram cerca de 1,270 milhões. A Espanha, logicamente como país fronteiriço, também registava uma grande fatia de turistas, com cerca de 2,278 milhões de pessoas, que representaram 5,2 milhões de dormidas (Figura 10).

Figura 10 - Número de hóspedes em Portugal por países em 2019



Fonte: [www.travelbi.turismodeportugal.pt](http://www.travelbi.turismodeportugal.pt)

Estes resultados por si só demonstravam a capacidade do turismo gerar receitas e resultados positivos em termos nacionais, mas aliados a reconhecimentos e prémios internacionais deram outra projeção ao país. Em 2019, Portugal foi eleito, pela terceira vez consecutiva, o

Melhor Destino Turístico do Mundo (“World’s Leading Destination”), somando a isto a atribuição de outros prémios como “Melhor Destino City Break do Mundo”, para Lisboa, “Melhor destino Insular do Mundo”, para a Madeira, e “Melhor Atração Turística do Mundo no segmento Aventura”, em Passadiços de Paiva, entre outros. Do mesmo modo, o Turismo de Portugal também foi cogalardoado, pela terceira vez consecutiva, como “Melhor Organismo Oficial de Turismo do Mundo” (“World’s Leading Tourist Board”) (Turismo de Portugal, 2020).

### 3. A pandemia COVID-19

O tema COVID-19 tem sido frequente ao longo de todo o mundo desde o início de 2020, afetando a população como um só, sem ter em conta questões económicas, raciais, culturais ou de qualquer outro tipo. O *Coronavirus Disease 2019*, vulgarmente denominado de COVID-19 ou Coronavírus, pertencente a uma grande família de vírus ligados a doenças respiratórias, foi identificado pela primeira vez na cidade de Wuhan, na China, em novembro de 2019, sendo que se pensa que essa primeira infeção tenha origem zoonótica<sup>3</sup>.

Este vírus define-se como uma doença infecciosa causada pelo *coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2)*, afetando diretamente os pulmões e transmitindo-se através de gotículas produzidas nas vias respiratórias das pessoas infetadas, sendo que a tosse ou o espirro são as principais formas de contágio entre pessoas, para além da contaminação através de objetos ou superfícies. Na maior parte dos casos os indivíduos apresentam sintomas ligeiros ou são mesmo assintomáticos, ultrapassando uma simples constipação sem qualquer sequela, embora exista um número significativo de pessoas que pode sofrer consequências mais graves, estas ligadas a idades avançadas ou doenças crónicas prévias, como por exemplo doenças cardiovasculares ou diabetes (DGS, 2020).

#### 3.1. Aparecimento do COVID e sua evolução

A pandemia de COVID-19 chegou oficialmente a Portugal a 2 de março de 2020. Com o correspondente início do período de pandemia, despontaram consequências não só ao nível sanitário, mas também económico. Com tudo isto, a procura de determinados serviços sofreu um declínio significativo e o acesso a matérias primas vindas do exterior e as consequentes vendas para fora por parte de empresas exportadoras experienciaram em primeira mão alguns dos problemas que o vírus acarretava.

O consumo dos portugueses alterou-se radicalmente no início do ano de 2020, um fator que evidencia que as pessoas já se começavam a preparar e prevenir de certo modo para a situação pandémica que já se adivinhava.

Assim, de acordo com um estudo do *Grupo Kantar*<sup>4</sup>, foi possível observar que nos dois primeiros meses de 2020, foram as categorias de “alimentação e bebidas” (+10%) que surgiram como as top prioridades dos portugueses, assim como “produtos de limpeza

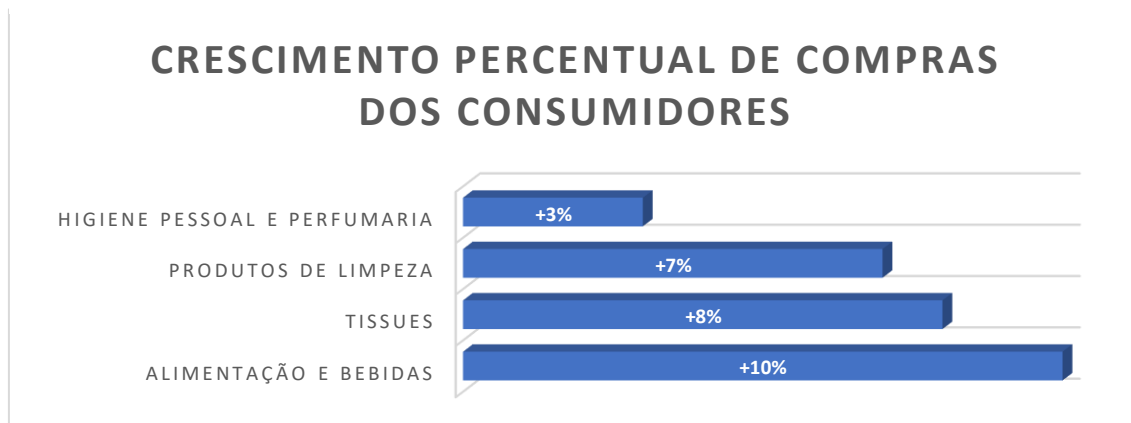
---

<sup>3</sup> Infeção capaz de ser transmitida naturalmente entre animais e seres vivos;

<sup>4</sup> Empresa londrina de consultadoria e pesquisa de mercado.

caseira” (+7%) e de “tissues” como os lenços, os rolos de papel higiénico e de cozinha (+8) (Figura 11). Na alimentação, é de referir que existiu uma clara aproximação a “produtos de conveniência”, como os enlatados e congelados, enquanto que na área de higiene pessoal, produtos não considerados de primeira necessidade, como os hidratantes corporais e amaciadores foram trocados pelos sabonetes, tanto líquido como sólido, gel de banho e toalhetas, produtos determinantes na higienização.

Figura 11 - Crescimento percentual das compras dos consumidores no início de 2020, segundo o Grupo Kantar



Fonte: [www.kantarworldpanel.com](http://www.kantarworldpanel.com)

Por fim, com esta tendência de prevenção, as compras e os canais online passaram a ter uma grande preponderância no dia-a-dia dos cidadãos, tendo inclusivamente registado em fevereiro o maior nível de gasto por compra dos últimos 12 meses, onde, em comparação direta com o mês de janeiro de 2020, os portugueses começaram a gastar em média “mais +19% por cesta” e aumentaram o número de categorias compradas, de “10 para 13” (Kantar World, 2020).

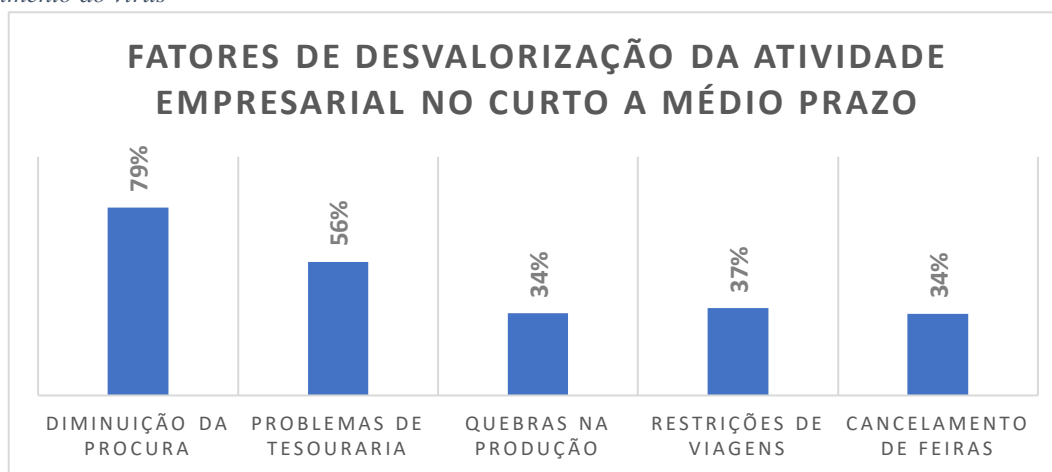
Seguindo esta linha de pensamento, era notório que toda a gente já se preparava para o pior, não só ao nível do consumo e dos gastos, mas também ao nível da gestão e previsão de futuros resultados empresariais. Isso foi facilmente visível através de um inquérito realizado pela Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, entre 18 e 23 de março (Anexo 1), direcionado ao espetável impacto do Coronavírus nas micro, pequenas, médias e grandes empresas dispersadas pelos setores dos serviços, comércio e indústria.

Foi perceptível que uma grande maioria (57,7%) previa um “declínio das vendas superior a 20%,” sendo que essa maioria equivalia essencialmente a microempresas. Até ao dia do inquérito, conseguiam-se identificar prontamente diversos problemas que as empresas estariam a enfrentar, sendo os principais “o nível das vendas no mercado nacional” (68,9%)

seguindo-se os “problemas ao nível da tesouraria” (37,2%) e “exportações para dentro e fora da União Europeia” (27,3% e 26,7% respetivamente).

No que dizia respeito às perspetivas futuras, os principais fatores indicados como aqueles que mais poderiam prejudicar a atividade empresarial num curto a médio prazo eram a “diminuição da procura” (78,8%), “problemas de tesouraria” (55,9%), “quebra na produção” (35,4%), “restrições de viagens” (36,6%) e “cancelamento de feiras” (34,1%) (Figura 12). Para além disso, as empresas encontravam-se igualmente preocupadas com a falta de liquidez e 23,1% dos inquiridos referiam que “não conseguiriam resistir mais de 30 dias sem receber um apoio para as necessidades de tesouraria” (CIP, 2020).

Figura 12 – Fatores que mais poderiam prejudicar a atividade empresarial num curto e médio prazo com o surgimento do vírus



Fonte: Confederação Empresarial de Portugal (CIP)

Prevenção era a palavra de ordem numa altura em que os efeitos do vírus se iam intensificando ao longo de todo o território português e, olhando para outros países da Europa, era facilmente perceptível que algo teria que ser feito para conter a dispersão e o contágio a nível nacional.

### 3.2. Fase de faturação zero: os dois meses do Estado de Emergência

Inevitavelmente, no dia 18 de março de 2020, foi declarado o primeiro Estado de Emergência que o país já vivenciou ao longo dos seus anos de existência (Diário da República, 2020, p. 13). À lei da Constituição da República, o Estado de Emergência só pode ser implementado com um prazo máximo de 15 dias, sendo possível a sua renovação aquando o seu término. De forma a proporcionar uma ideia generalizada em relação a esta fase, ficaram parcialmente suspensos os direitos dos cidadãos relacionados com deslocação e fixação em qualquer parte do território nacional, com recomendações para permanecerem nas suas casa e não

circularem na via pública, direitos de propriedade e iniciativa económica privada, os direitos relacionados com os trabalhadores, como por exemplo o direito à greve, circulação internacional, direito de reunião e de manifestação, liberdade de culto ou o direito de resistência (Assembleia da República, 2020).

Com o fecho ou paragem quase completa da maior parte de serviços e trabalhos de todos os setores de atividade, registou-se para a maioria dos empresários o denominado período de faturação zero, isto é, uma fase onde as empresas e atividades comerciais não registaram quaisquer movimentos de caixa. Pode desde já afirmar-se que foi um dos períodos mais negros da história do nosso país em termos laborais, com taxas de desemprego a dispararem e empresas a fecharem as suas portas sem um futuro retorno agendado.

Com as tendências de procura de determinados produtos a alterarem-se, como vimos anteriormente, consequentemente, o consumo sofreu um decréscimo considerável.

Através de um estudo sobre os custos do COVID-19 nos países a nível mundial, tendo em conta os gastos dos consumidores e expectativas macroeconómicas (Anexo 3), foi possível verificar como o *lockdown*<sup>5</sup> afetou severamente os padrões de consumo das famílias. (Coibion, Gorodnichenko, & Weber, 2020, p. 34)

Observou-se desde logo uma queda no gasto geral dos consumidores (“Total spending”) igual a 31 pontos logarítmicos percentuais. Despesas de viagem e entretenimento (“Travel, recreation and entertainment”), roupas e calçados (“Clothing, footwear and personal care”), despesas de habitação, incluindo aluguel e manutenção (“Housing”), transporte e pagamentos de dívidas, incluindo hipotecas (“Other transport”), automóveis e empréstimos estudantis (“Debt payments”), apresentaram as maiores quedas nos gastos com 184, 128, 110, 92 e 71 pontos percentuais logarítmicos, respetivamente. A gasolina também teve uma grande redução nos gastos em dólares (“Gasoline”), que pode ser parcialmente justificada pela grande queda dos preços do petróleo.

---

<sup>5</sup> Bloqueio total que restringiu a circulação de população em locais públicos, versão mais rígida do distanciamento social quando a recomendação passa a ser obrigação.

Figura 13 - Evolução dos gastos dos consumidores por categorias, segundo um estudo baseado nos custos da crise COVID-19



Fonte: National Bureau of Economic Research

Em vez disso, para serviços públicos (“Utilities”), alimentação (“Food”) ou educação e cuidados infantis (“Education and child care”), registaram-se apenas quedas modestas de 45 p.p.l., 23 p.p.l. e 18 p.p.l., respetivamente, assim como quedas intermédias para bens duráveis, como móveis (“Furniture”) e despesas médicas (“Medical”), ambos na ordem dos 63 p.p.l. Isto representa algo perfeitamente compreensível, uma vez que a ter que reduzir no consumo, as famílias abdicam preferencialmente de bens materiais ou despesas supérfluas, como roupa, viagens e outros extras, e só em último caso é que recorrem a bens alimentares e despesas relacionadas com a educação e saúde.

Estas respostas heterogêneas nos gastos em tempos de *lockdown* são consistentes com as restrições de fornecimento, restrições de viagens e o encerramento de vários negócios. Além disso, esses resultados sugerem que os vários setores da economia estavam diferencialmente expostos a quedas na procura, isto devido à mudança radical dos padrões de consumo.

Para além dos efeitos nas empresas e nos padrões de gastos dos indivíduos, o país como um todo também fechou a sua atividade e contacto com o exterior, tanto a nível das fronteiras externas, como a nível da fronteira interna com Espanha. As medidas a nível da fronteira terrestre com Espanha baseavam-se essencialmente na restrição à circulação para efeitos de turismo e lazer, sendo definidas regras que obedeciam aos princípios de liberdade de

circulação de mercadorias, garantidos os direitos dos trabalhadores fronteiriços. As outras ligações com o país vizinho ibérico, desde voos a ligações ferroviárias e náuticas, também foram suspensas por tempo indeterminado, sendo que para atravessar a fronteira, seria necessária documentação de trabalho suficientemente justificatória. (Miranda & Mandeiro, 2020)

### 3.3. Fim do Estado de Emergência e retoma do setor

Passados sensivelmente dois meses após a implementação do primeiro Estado de Emergência, e após duas posteriores renovações, foi comunicado dia 18 de maio a reabertura dos estabelecimentos de restauração e bebidas. Este regresso não se deu de forma linear. Inúmeras empresas resolveram retomar atividade no próprio dia do comunicado, enquanto que outras passaram por um processo longo, assegurando que todas as medidas de segurança sanitária estavam a ser cumpridas.

Aproximou-se assim uma nova fase, complexa pois decorreu em simultâneo com a permanência da epidemia, evoluindo para um novo estágio de normalidade, aquele em que teve que se aprender a conviver com o vírus.

Com a retoma progressiva da maior parte das empresas após o abandono oficial do país ao Estado de Emergência, várias mudanças foram implementadas pelos empresários, de forma a terem capacidade, não só a nível financeiro, mas também sanitário, de sobreviver aos tempos que se adivinhavam.

Sensivelmente um mês antes do término do Estado de Emergência, o Turismo de Portugal criou um selo, denominado “*Clean & Safe*”<sup>6</sup>, com o foco no reforço e recuperação da confiança dos turistas, tanto nacionais como internacionais, nos estabelecimentos, recursos turísticos e nos seus correspondentes destinos (Turismo de Portugal, 2020). Este serviu de introdução para a retoma da atividade e passou a ser um requisito exigido pelos clientes para frequentarem qualquer estabelecimento turístico, procurando acima de tudo segurança e proteção sanitária.

Mudanças claras não só nos negócios, mas também na forma de vida de todos os indivíduos foram implementadas, onde, de repente houve o aparecimento das máscaras, luvas e recipientes com desinfetante de mãos, o evitar do contacto físico e o consequente desenvolver do teletrabalho, que até então praticamente não existia. Toda a gente viu parte

---

<sup>6</sup> Selo que distinguia todas as atividades turísticas em que estava assegurado o cumprimento de requisitos de higiene e limpeza para a prevenção e controlo da COVID-19 e de outros tipos de vírus.



do seu dinheiro investido em produtos de segurança pessoal, assim como as empresas, que necessitaram de adquirir equipamentos para a medição de temperatura corporal, manutenção dos seus espaços, limpeza diária e fornecimento de máscaras a funcionários.

Apesar de representar um fardo do ponto de vista pessoal e económico, o crescimento exponencial da procura destes produtos representou novas oportunidades para as empresas, onde algumas delas puderam reavaliar os seus negócios e produtos e adaptarem-se de forma a obedecerem às necessidades do mercado. Claro que nem todas tiveram essa capacidade, porque também são necessários recursos inacessíveis a nível global, mas essa foi uma estratégia utilizada por muitos empresários para salvarem os seus negócios, reativando a esperança baseada na flexibilidade.

Mais concretamente, empresas como a *Hidrofer*<sup>7</sup>, que meteu mãos à obra e adaptou uma das suas máquinas para fazer cerca de 50 mil zaragatoas por dia, produto atualmente bem conhecido pelo público em geral, com as quais são realizados os testes de despistagem ao vírus. (Dinheiro Vivo/Lusa, 2020).

Para além disso, os ventiladores tornaram-se um instrumento de auxílio essencial para quem combatia o vírus na linha da frente, e a escassez dos mesmos era notória. Foi então que, uma parceria entre o CEIIA – o Centro de engenharia para o Desenvolvimento de Produto, de Matosinhos, quatro entidades bancárias e três empresas, decidiram passar a produzir ventiladores, sendo que, até final do ano, o objetivo é chegar aos 10 mil produzidos. (Rocha, 2020)

Porém, a batalha contra o COVID-19 não se travava apenas na arena da Saúde. Empresas na área da Restauração e Turismo também resolveram inovar e expandir os seus produtos.

Os conceitos de *take-away* e entrega ao domicílio passaram a estar presentes no dia a dia e, com os estabelecimentos fechados, os empresários viram nestes dois oportunidade de diminuir as suas perdas e gerar receitas que pudessem salvar os seus negócios no curto prazo. Um exemplo disso mesmo foi a *Avenidas*<sup>8</sup> que, com o desaparecer dos turistas, resolveu virar o seu foco para o mercado interno e para os portugueses, passando a levantar receitas em farmácias, fazer compras, levar encomendas e transportar pessoas (Avenidas, 2020).

Após a retoma do setor, estas práticas foram mantidas por muitos estabelecimentos, enquanto que outros resolveram privilegiar o uso de esplanadas, sempre que possível,

---

<sup>7</sup> Empresa líder ibérica na produção de cotonetes, sediada em Vila Nova de Famalicão

<sup>8</sup> Empresa lisboeta de motoristas dedicada aos tours e transfers de turistas

incentivando o agendamento prévio das refeições, desaconselhando os lugares de pé, como por exemplo operações de self-service ou buffets, assim como aconselhar e proteger os clientes do contacto com equipamentos críticos, tais como terminais de pagamento automático ou ementas individuais.

Através da digitalização também se procurou reduzir o impacto da crise nos vários setores de atividade. Desenvolvida pela *Message in a Bottle*<sup>9</sup>, em parceria com a *msgFactory*<sup>10</sup>, foi criada uma solução integrada de marketing para a restauração e o turismo, a “SIM Turismo”, que procurava, através da implementação de “QR codes” nos restaurantes e hotéis, facilitar o acesso a menus, promoções e reservas. (SIM Turismo, 2020)

Apesar de tudo o que se fez para que o regresso da atividade do país e do setor acontecesse da melhor forma possível, muitas questões foram levantadas aquando o término do Estado de Emergência, não com o intuito de prolongar o mesmo, mas sim com a ideia de que poderia ter sido evitado.

Factualmente, o país encontrava-se pior em termos de casos no final do terceiro Estado de Emergência, mas se isso era uma verdade, porque é que se decidiu terminar com o mesmo? As medidas que o Governo decidiu implementar para o período pós Estado de Emergência não deveriam ter sido tomadas antes? Se atualmente é possível viver e trabalhar com centenas de milhares de infetados, não era igualmente possível tê-lo feito em janeiro, ou fevereiro?

Isto são tudo questões que poderão servir como base para estudos e análises futuras, mais concretamente do que foi feito e do que deveria ou poderia ter sido feito em revés.

---

<sup>9</sup> Agência de marketing e comunicação;

<sup>10</sup> Agência de transformação digital.

## 4. Medidas de apoio concedidas

A epidemia do COVID-19 viria a ter um impacto significativo sobre a atividade económica, com empresas a enfrentar grandes dificuldades para cumprir as suas obrigações, em razão da quebra de receitas, assim como trabalhadores a verem os seus postos de trabalho desmoronarem.

De forma a combater todas as diversidades que se previam, o Governo decidiu atuar de acordo com três fases distintas, aplicando medidas que se adequassem aos diferentes momentos e circunstâncias. Uma primeira, a fase de emergência, centrada na resposta sanitária, mas que também visava apoiar as empresas e os trabalhadores aquando a paralisação da sua atividade, evitando assim a destruição irreversível de empregos e da capacidade produtiva. Uma fase de estabilização, que decorreria até ao final do presente ano, para ajudar as famílias e as empresas a ultrapassar as dificuldades provocadas pela pandemia, apoiando uma retoma sustentada da atividade económica. E, por fim, uma fase de recuperação económica, dirigida à adaptação estrutural da economia portuguesa a uma realidade pós COVID, a denominada nova realidade, prevista para os próximos anos, até esta situação estar completamente ultrapassada provavelmente com uma vacina disponível a nível global.

O Governo tentou ajudar a economia com medidas específicas para cada setor de forma a apoiar empresas e trabalhadores. Esses mesmos apoios foram sendo lançados ao longo de todo o período de pandemia não só pelos órgãos de soberania da república portuguesa, mas também, como forma de complemento, por cada autarquia singularmente.

### 4.1. Lay-off simplificado

Quando se refere o conceito de lay-off, ou lay-off simplificado, convém ter a noção que este se aplica a trabalhadores por conta de outrem e a empregadores de natureza privada, e consiste na redução temporária dos períodos normais de trabalho ou a suspensão dos contratos de trabalho efetuada por iniciativa das empresas, durante um determinado tempo, devido a motivos de mercado, estruturais, tecnológicos, catástrofes ou outras ocorrências que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa. (Segurança Social, 2018).

O lay-off já estava previsto no Código do Trabalho<sup>11</sup>, mas, em resposta ao impacto da pandemia de COVID-19 na vida das empresas e dos trabalhadores, o Governo decidiu lançar uma versão mais flexível e de acesso simplificado desse regime, destinando-o aos empregadores mais afetados pelo surto.

Assim, foi criado um regime disponível para as empresas que se encontrassem num dos três seguintes tipos de crise empresarial: quebra da faturação de, pelo menos, 40%, nos 30 dias anteriores face à média dos dois meses que precederam o pedido ou face ao período homólogo; paragem total ou parcial da atividade resultante da interrupção das cadeias de abastecimento ou da suspensão de encomendas; ou encerramento total ou parcial da empresa ou do estabelecimento decorrente do Estado de Emergência. Deste modo, o trabalhador tinha direito a um apoio correspondente a 2/3 da sua remuneração normal líquida, com a Segurança Social a suportar 70% desse valor (DGERT, 2020).

## 4.2. Linhas de crédito

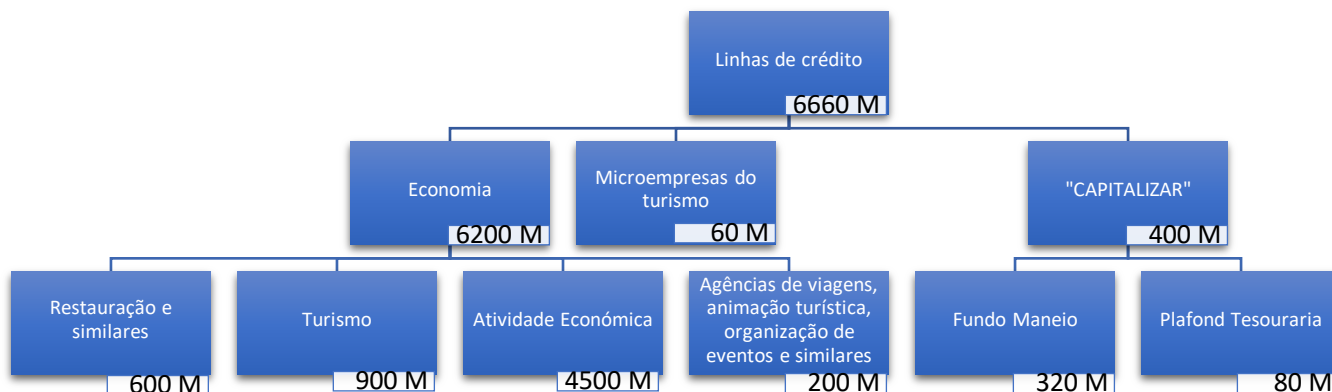
Com o total intuito de financiar a economia de forma direta, foi adicionalmente criado um leque de linhas de crédito dirigidas às empresas de forma a poderem salvar os seus negócios. Da totalidade dessas ajudas, 6200 milhões de euros foram diretamente direcionados para apoios relacionados com a economia, dos quais 600 milhões correspondiam a uma linha específica de apoio ao setor da restauração e similares, 900 milhões para o turismo, 200 milhões para o apoio a agências de viagens, animação turística, organização de eventos e similares, e 4500 milhões de apoio direto à atividade económica.

Ademais, foi criada também uma linha de apoio à tesouraria para microempresas do turismo no valor de 60 milhões de euros, assim como uma linha de crédito denominada “CAPITALIZAR”, no valor de 400 milhões de euros, dos quais 320 milhões eram destinados ao apoio a fundo maneio e os restantes 80 milhões atribuídos como plafond de tesouraria (Figura 14) (IAPMEI, 2020).

---

<sup>11</sup> Documento jurídico que regula as relações laborais entre empregados e empregadores: informação sobre remunerações, horários, subsídios, períodos de férias e ainda questões relacionadas com contratos e despedimentos.

Figura 14 - Conjunto de linhas de crédito disponibilizadas pelo Governo como forma de apoio às empresas face ao surto COVID-19



Fonte: [www.iapmei.pt](http://www.iapmei.pt)

### 4.3. Moratórias de crédito

Consciente do impacto que o surto COVID-19 poderia ter em matéria de crédito à habitação, o Governo instituiu moratórias de crédito perante instituições financeiras. A moratória tinha como objetivo proteger famílias portuguesas e empresas que estavam a registar quebras nos negócios devido à pandemia, permitindo o adiamento do pagamento das suas responsabilidades perante as instituições financeiras durante este período, garantindo a continuidade do financiamento e prevenindo eventuais incumprimentos resultantes da quebra inesperada de rendimentos e faturação.

A moratória criada exclusivamente para o período de pandemia destinou-se a particulares, empresários em nome individual (ENI), instituições particulares de solidariedade social (IPSS), pequenas e médias empresas (PME) e outras empresas do setor não-financeiro. O regime foi estendido até 31 de março de 2021 e até lá as empresas beneficiárias não terão de pagar prestações de capital, nem juros, nem comissões e demais encargos relativos aos contratos de crédito abrangidos por esta medida. (IAPMEI, 2020).

#### 4.4. Outros apoios estatais

O Estado decidiu focar as suas ajudas na criação de linhas de crédito e moratórias, sendo que a maior parte do orçamento disponibilizado se destinou a esses dois tipos de financiamentos. Embora essa seja uma verdade, também existiram muitos outros tipos de apoios que foram criados de forma a ajudar os empresários a salvar as suas empresas.

Foram criados sistemas de suporte especializado online, de forma a ajudar empresários a identificar as medidas que lhes correspondem, assim como implementá-las, e reforçaram-se os gabinetes do IAPMEI, do IEFP e da Segurança Social, do Ministério da Agricultura e do Turismo de Portugal para prestação de esclarecimentos sobre os apoios disponíveis.

Foi facilitado o pagamento de obrigações perante Turismo de Portugal, QCA III (Quadro Comunitário de Apoio III), e QREN (Quadro de referência Estratégico Nacional), enquanto que o pagamento dos incentivos no quadro do Portugal 2020 seria efetuado pelo Estado no mais curto espaço de tempo possível, de forma a providenciar algum tipo de liquidez para as empresas, alienando isso à criação de programas que impulsionavam o emprego, como o "Incentivo ATIVAR.PT" e o "Estágios ATIVAR.PT" (IAPMEI, 2020).

Posteriormente foi implementado um Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), com um horizonte temporal até ao fim de 2020, que assentava em valores como a manutenção de emprego, adaptação institucional e apoio direto a empresas. (Turismo de Portugal, 2020)

Para os setores do alojamento e da restauração isentou-se o pagamento por conta de IRC até dezembro de 2020 e estes não teriam de fazer demonstração de quebra de faturação superior a 40%, como foi inicialmente declarado. O confinamento temporário dos trabalhadores, determinado por autoridades de saúdes, passou a conferir direito a baixa com pagamento de remuneração a 100%, desde o primeiro dia. Para além destas medidas, o governo aplicou a suspensão de comissões de operações de pagamento digitais, de forma facilitar e fomentar a utilização de instrumentos de pagamento eletrónicos.

#### 4.5. Apoios oferecidos pelas autarquias

Adiante o conjunto de medidas lançadas pelo Estado para que a economia nacional e local pudesse sobreviver, a maior parte das autarquias, após se aperceberem que não seria suficiente a ajuda vinda de cima, resolveu por mãos à obra e ajudar os seus empresários e

habitantes, procurando ser o salva-vidas que a maior parte da população estava a precisar no momento.

De Norte a Sul, tendo em conta a intensidade dos efeitos que a pandemia iria tendo em cada autarquia específica, foram adotadas as mais diversas medidas, das mais básicas e simples até às mais originais e complexas, que pudessem, pelo menos no curto prazo, ajudar as empresas a sobreviverem.

A maioria dos municípios anunciou apoios quanto à concessão de benefícios fiscais, isenção do pagamento de taxas municipais a comerciantes e outros agentes económicos, assim como a criação de formações gratuitas para comerciantes, com temáticas direcionadas com o reforço da capacidade de resposta do comércio ao período de pandemia, programas de apoio direto ao turismo (CM Lisboa, 2020), como a atribuição de vouchers e vales de incentivo ao consumo para residentes e visitantes (Redação O MINHO, 2020), ou a criação de fundos de ajuda à economia regional, em alguns casos a título perdido, incentivos à criação de emprego e principalmente de ajuda ao setor da restauração e do turismo (CM Porto, 2020).

Arcar com a distribuição de viseiras e máscaras, realizar sessões de esclarecimento via Internet, emprestar computadores e disponibilizar acesso a alunos necessitados, propiciar alojamento a profissionais de saúde, de proteção civil e a funcionários de lares de idosos, criar incentivos aos turistas nacionais para visitarem regiões características, incrementando a capacidade da oferta turística das regiões, preparando-as para as novas tendências de mercado e reinventando a sua montra turística, tudo isto reforçou aquilo que o Estado já tinha fornecido a título global (Agência Lusa, 2020).

A Sul, o mais Sul possível, encontra-se a região que talvez mais sofreu com a pandemia, o Algarve. O Algarve, e em especial a sua economia, depende quase 90% do turismo, e cerca de 70% desse turismo é estrangeiro. Esse é o principal problema do Algarve. Enquanto que outras regiões como Lisboa ou Porto também foram gravemente afetadas, elas conseguem sobreviver à base de outros setores de atividade, enquanto que nesta região em específico isso não acontece. A agravar-se a isto teve o facto de o Reino Unido, durante praticamente todo o verão, ter excluído Portugal do corredor aéreo<sup>12</sup>, influenciando assim a usual afluência de britânicos na região (Susete, 2020).

Assim, os principais desafios passaram pela recuperação da confiança das pessoas na segurança e higienização dos estabelecimentos tanto na área da hotelaria como da

---

<sup>12</sup> Corredor britânico que isentava os cidadãos de quarentena no regresso de viagens.

restauração e do comércio, para além do alargamento das áreas concessionadas das praias, o garantir da vigilância e a utilização de formas criativas para atrair turistas e rentabilizar as suas casas, com foco no mercado interno.

Também não é possível desviar a atenção dos efeitos que a pandemia também teve ao nível das regiões autónomas do país, uma vez que tanto a Madeira como os Açores viram a sua economia baixar até níveis nunca antes vistos, sofrendo consequências igualáveis às zonas de Portugal Continental que dependem quase exclusivamente do turismo.

Com as fronteiras encerradas e os voos suspensos durante grande parte do período inicial de pandemia, estas regiões basearam-se única e exclusivamente no mercado interno e nos habitantes que nelas residem. Medidas na base do incentivo ao consumo e no apoio direto aos setores de atividade mais afetados, para além do claro objetivo de manter os níveis de emprego, foram os principais focos dos Governos destas regiões (Lusa, 2020).

Tudo isto deveria contribuir para o melhor reatar possível da atividade das empresas e do país, uma vez que na teoria foram muitas as ajudas à retoma, não só provenientes do Estado, mas também das autarquias. Apesar de tudo, na prática, os efeitos desses apoios não tiveram o impacto esperado, e o setor da restauração em específico continuou a sofrer.



## 5. Impacto real nas empresas do setor

Ao longo de todos estes meses, iriam sendo revelados inquéritos, tanto pelo Banco de Portugal como pela AHRESP, dos quais se poderia visualizar a evolução do impacto real, não só a nível financeiro, mas também pessoal, que as ajudas disponibilizadas estavam a ter. A avaliação desses mesmos inquéritos constituiu um objeto de estudo deveras interessante, uma vez que permitiu obter uma ideia mais realista daquilo que as empresas estavam a passar, assim como as suas expectativas para o curto e médio prazo.

### 5.1. Avaliação do Banco de Portugal

Entre abril e julho, o Instituto Nacional de Estatística e o Banco de Portugal lançaram um Inquérito Rápido e Excecional às Empresas (COVIDIREE), com frequência semanal e posteriormente quinzenal, com o objetivo de identificar os efeitos da pandemia na atividade das empresas. Esta informação foi necessária para que se pudesse reconhecer tendências e perspetivar linhas a seguir para minorar os impactos económicos empresariais. (Banco de Portugal, 2020)

Completados três meses de inquirição, foi possível realizar uma análise dos resultados ao longo do 2º trimestre de 2020, o qual compreendia o período do Estado de Emergência e os períodos subsequentes de levantamento gradual das medidas de contenção. Esta análise conteve elementos referentes às empresas, aos seus trabalhadores e a todas as consequências que a crise acarretou (Figura 15).

Inicialmente, foi possível denotar que a percentagem de empresas em funcionamento, mesmo que parcialmente, situava-se, em média, nos 90% no 2º trimestre de 2020, tendo aumentado de 83% em abril para 96% em junho (+13 p.p.) (Anexo 4, Figura 1). Sectorialmente, o impacto da pandemia no funcionamento das empresas foi mais notório no Alojamento e Restauração. Em média, 57% das empresas deste setor estavam em funcionamento no 2º trimestre, tendo-se verificado uma melhoria muito significativa entre abril, onde 55% do setor se apresentava fechado temporariamente e 7% em definitivo, e junho, com esses valores a diminuírem significativamente para 16% e 2%, respetivamente.

O abandono do Estado de Emergência foi muito provavelmente a explicação para estes valores, uma vez que em abril muitas das empresas não puderam exercer as suas atividades, denotando um valor mais reduzido de empresas em funcionamento comparativamente ao mês de junho, onde, apesar de muitas delas não terem sobrevivido, as restantes praticamente

reabriram todos os seus negócios, embora essa tenha tido dificuldades em se manifestar em termos de volume de negócios.

Quanto à percentagem de empresas que reportaram redução no volume de negócios, face à situação que seria expectável sem pandemia, a média situava-se nos 74% no 2º trimestre, tendo sofrido um decréscimo considerável, de 80% em abril para 67% em junho (-13 p.p.) (Anexo 4, Figura 2). O setor da Construção e Atividades Imobiliárias destacou-se como aquele que sentiu menor impacto quanto ao seu volume de negócios. Já no setor do Alojamento e Restauração, havia a reportar uma redução no volume de negócios de cerca de 9%, ou seja, em abril o impacto negativo situava-se nos 98%, a maior percentagem de empresas com redução no volume de negócios dada a data, enquanto que no fim de junho esse valor já se encontrava nos 87%, ainda assim um valor consideravelmente elevado para as pretensões dos empresários.

De forma a justificar o encerramento definitivo e as alterações no volume de negócios das empresas, as restrições no contexto do Estado de Emergência e a posterior evolução das medidas de contenção, como já foi referido, conjuntamente com a variação das encomendas realizadas por clientes foram os motivos apontados como tendo maior impacto negativamente.

Ademais, no 2º trimestre, 48% das empresas referiram reduções no pessoal que se encontrava efetivamente a trabalhar. Ao longo deste período, este indicador registou também uma melhoria, diminuindo de 59% em abril para 38% em junho (-22 p.p.) (Anexo 4, Figura 3).

A redução do número de funcionários que se encontrava a trabalhar ocorreu principalmente devido ao lay-off simplificado e ao teletrabalho. Muitas empresas puderam reaver parte do quadro de funcionários que tinha sido afastado no início da pandemia, daí denotar-se uma clara diminuição na redução de pessoal por parte das mesmas, apesar de, no setor do Alojamento e Restauração, ainda que o lay-off fosse uma medida adotada por quase todas as empresas, o valor da redução do número de funcionários no último mês foi muito elevado, refletindo todas as dificuldades que este setor em específico vivenciou.

Foi também analisada a percentagem de empresas que efetivamente beneficiaram com as medidas tomadas pelo Governo, uma vez que não basta tomar essas mesmas medidas, elas têm que representar no plano prático algo de positivo para quem as adota.

Assim, foi permitido perceber que inicialmente uma percentagem reduzida das empresas em funcionamento tinha beneficiado das medidas anunciadas pelo Governo face à pandemia. Essa percentagem aumentou ao longo do 2º trimestre, tendo a evolução sido relativamente semelhante nas três medidas consideradas para o efeito. Especificamente, a proporção aumentou: de 11% em abril para 22% em junho, no caso da suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas; de 10% para 19% no caso da moratória ao pagamento de juros e capital de créditos já existentes; e de 3% para 13% no acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado (Anexo 4, Figura 5).

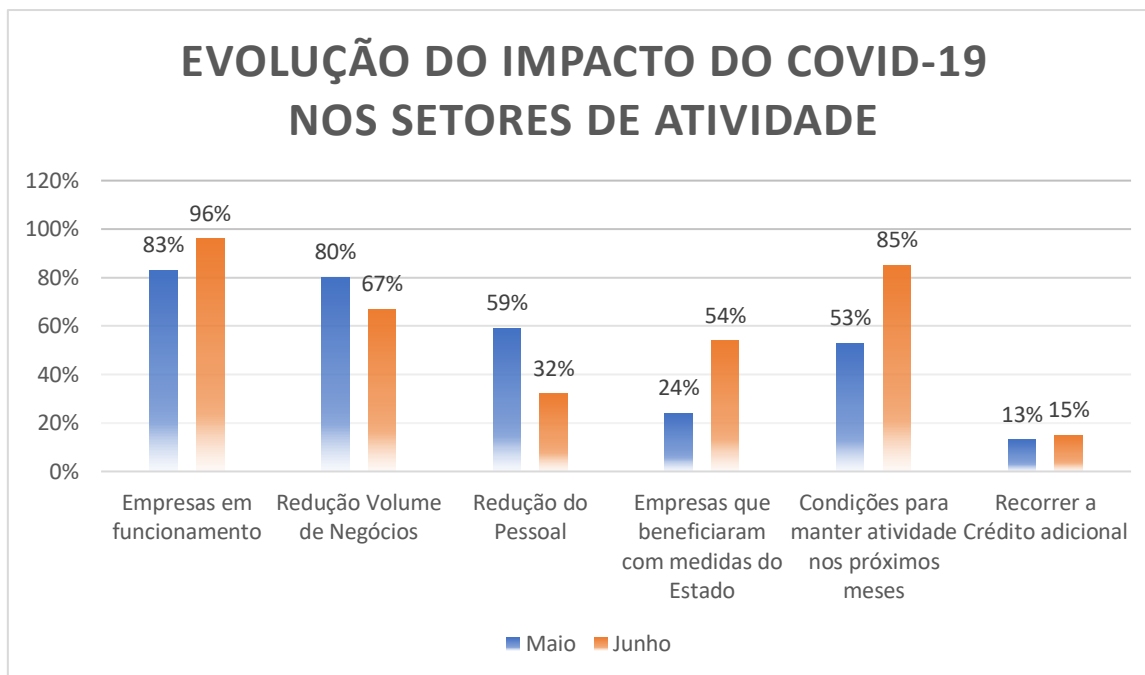
Estes dados indicam que existiu uma clara evolução do número de empresas que beneficiaram das medidas apresentadas, sendo que esses valores ainda se encontram muito pobres tendo em conta um cenário ótimo.

Quanto à situação líquida das empresas, na primeira quinzena de julho, 59% referiram conseguir manter-se em atividade por um período superior a seis meses sem medidas adicionais de apoio à liquidez e apenas 15% referiu não ter condições para se manter em atividade por mais de dois meses, valor esse que se situava nos 47% na semana que caracterizou o início dos inquéritos.

Estes dados são deveras muito interessantes, pois indicam que, apesar das dificuldades muitas empresas melhoraram a sua capacidade líquida, sendo que estes valores poderiam ser justificados em parte pelo acesso com sucesso às ajudas provenientes do Governo, a possível reinvenção e adaptação dos negócios de algumas empresas, que lhes permitiram atingir outros mercados e gerar lucros, ou pela redução de pessoal que de certa forma pode ter proporcionado uma folga em termos de liquidez para as empresas.

Por fim, de forma a concluir a análise do inquérito disponibilizado, denotou-se que a percentagem de empresas que recorreram a crédito adicional aumentou ligeiramente entre os dois períodos em análise, passando de 13% para 15%, sendo este aumento reportado positivamente ao nível do financiamento junto de instituições financeiras, mais especificamente bancos, e com uma diminuição do crédito junto de fornecedores. Maior facilidade dos bancos em fornecer crédito ou maior procura por parte dos contribuintes podem justificar esse aumento, embora não tenha sido efetivamente significativo para gerar qualquer conclusão.

Figura 15- Evolução do impacto do COVID-19 nas empresas pertencentes aos vários setores de atividade entre maio e junho, com base no inquérito realizado pelo Banco de Portugal



Fonte: Banco de Portugal

## 5.2. Avaliação da AHRESP

No âmbito da ameaça global do COVID-19 e dos seus efeitos na economia mundial, e mais objetivamente em Portugal, a AHRESP realizou um inquérito mensal para determinar as consequências e os efeitos que a pandemia estava a carregar junto de um tecido empresarial mais seletivo, o alojamento turístico e a restauração e bebidas. (AHRESP, 2020)

O inquérito em si é avaliado em duas fases, uma primeira caracterizada pela implementação do Estado de Emergência e os efeitos do mesmo na atividade e sobrevivência das empresas pertencentes ao setor da restauração e bebidas e do alojamento turístico, como um só, e uma segunda fase que é maioritariamente caracterizada pelo desconfinamento e pelo reabrir de algumas empresas e a sua retoma à atividade, análise feita de forma individual, com os dois setores de atividade representados a tornarem-se alvo de uma avaliação mais pormenorizada.

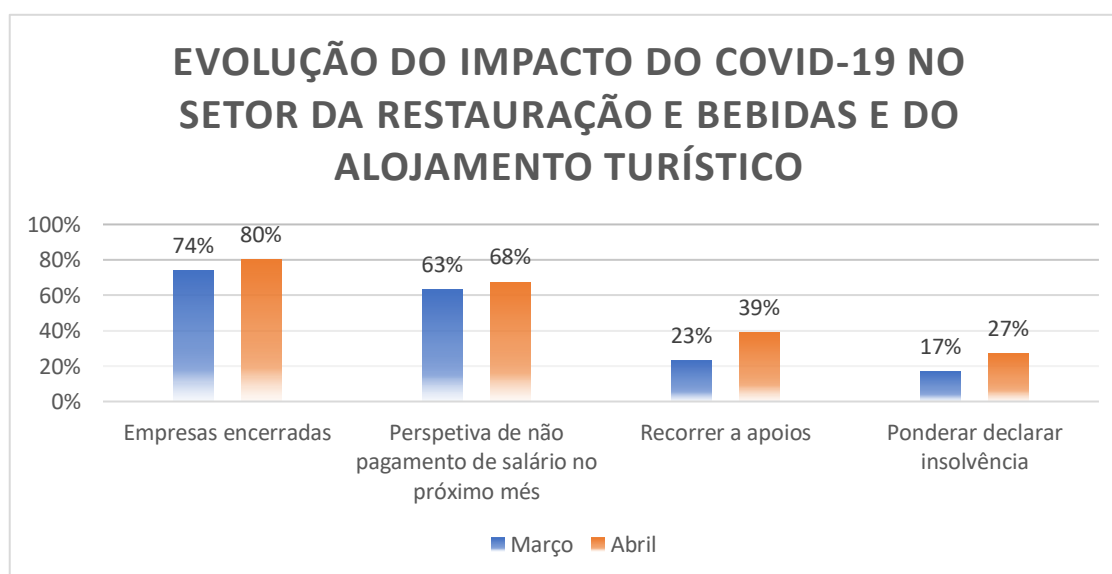
Perante a quantidade da amostra considerada no inquérito, foi possível verificar que num primeiro momento, isto é, considerando os meses de março e abril para o caso, o número de empresas encerradas sofreu um aumento de 6 p.p., passando de 74% para 80%. Das empresas inquiridas, cerca de 30% não conseguiram pagar as suas obrigações salariais, sendo que essa percentagem aumenta quando em questão está o pagamento dos próximos meses (63%

consideravam que não conseguiam pagar os salários de abril e 67,5% consideravam que não tinham condições para pagar os salários de maio) (Anexo 5).

Das linhas de apoio fornecidas pelo Governo, em março apenas 23% das empresas recorreu a esses apoios, sendo que esse número aumenta ligeiramente no mês de abril, para cerca de 39%, apesar de 58% dos empresários considerarem que esses apoios não eram adequados tendo em conta as situações que as suas empresas enfrentavam no momento.

Falando de volumes de negócio, foi possível registar que 44% dos inquiridos apresentavam uma quebra superior a 80% no mês de março, valor esse que explode de forma exponencial em abril, com 81% dos inquiridos a registarem mesmo faturação zero. Tendo por base um curto prazo, no primeiro mês considerado 17% ponderavam seriamente declarar insolvência, enquanto que no mês seguinte esse valor ascende a uns preocupantes 27% (Figura 16).

Figura 16 – Evolução do impacto do COVID-19 no setor da restauração e bebida e do alojamento turístico entre março e abril, com base num inquérito realizado pela AHRESP



Fonte: AHRESP

Tudo isto caracteriza da melhor forma um dos períodos mais difíceis da história para a economia do país e para as empresas. Elevada percentagem de empresas encerradas, projeções do cumprimento de obrigações salariais desastrosas, dificuldade de acesso às ajudas do Governo, valores de faturação deploráveis, todo o tipo de dados estatísticos que empurravam o setor e o país em direção a uma crise económica e financeira.

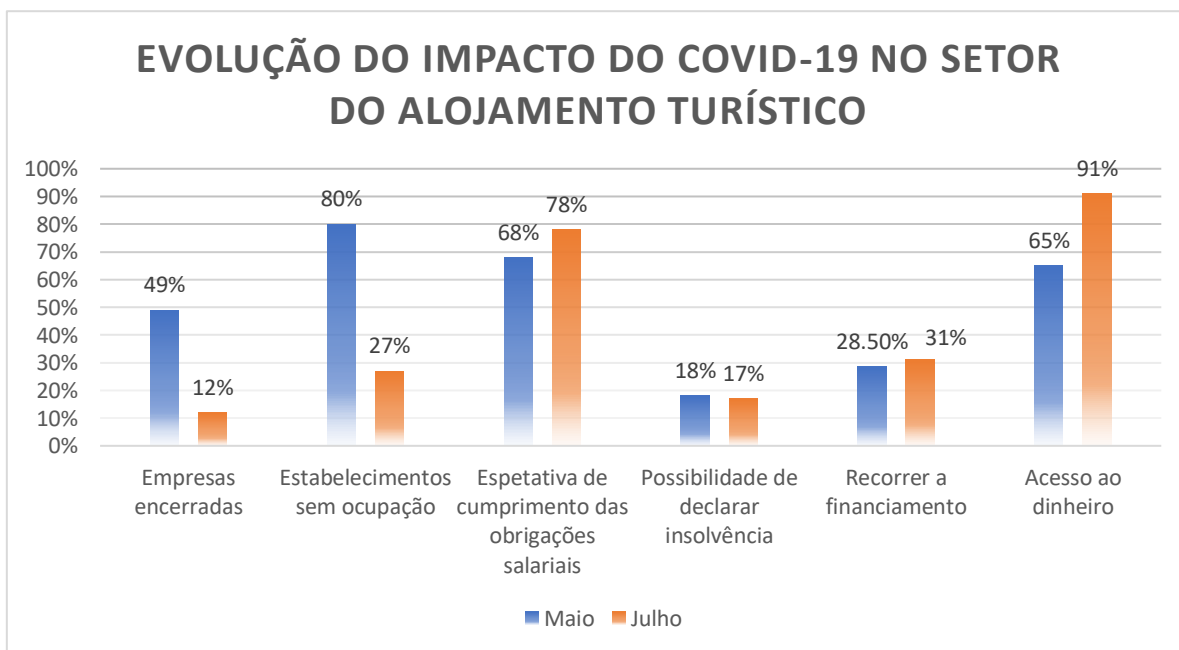
A meio do mês de maio, mais precisamente a 18 de maio de 2020, iniciava-se uma nova fase, Fase de Calamidade, que foi caracterizada maioritariamente pela reabertura de estabelecimentos ligados ao setor da restauração e das bebidas. Desta forma, restaurantes,

bares e outros estabelecimentos comerciais puderam ver as suas portas reabrirem, pelo que ao setor do alojamento turístico foi-lhes dado o mesmo aval, embora com regras e restrições diferentes.

Inicialmente, tendo por base o setor do alojamento turístico, foi possível verificar que apesar de 70% do setor ter encerrado a sua atividade temporariamente, entre o mês de maio e o mês de julho, a percentagem de empresas encerradas desceu de 49% para 12%, e, embora este dado tenha sido acompanhado por aumentos nos valores da faturação (em maio 72% das empresas registaram faturação zero e, em julho, 74% já apresentavam faturação) e da taxa de ocupação (em maio 80% das empresas não registou qualquer ocupação, valor esse que reduziu para 27% em julho), esses não foram significativamente importantes para poder compensar os prejuízos obtidos nos meses anteriores. Tal se alia ao não cumprimento de obrigações salariais por parte de 32% das empresas em maio e 22% das empresas em julho, e ao facto de cerca de 17% das empresas continuarem a ponderar declarar situação de insolvência (Anexo 6).

Em termos de financiamento, foi possível verificar que no mês de maio, cerca de 28,5% dos empresários recorreram a financiamento, sendo que 35% dos mesmos ainda não tinha acesso ao dinheiro, valor que ascendeu a 31% de empresas a realizar o pedido, com 9% das mesmas a ainda não terem acesso ao dinheiro no final do mês de julho, um fator positivo que revelava que o dinheiro, apesar de atrasado, estava a chegar aos interessados (Figura 17).

Figura 17 - Evolução do impacto do COVID-19 no setor do alojamento turístico entre maio e julho, com base num inquérito realizado pela AHRESP

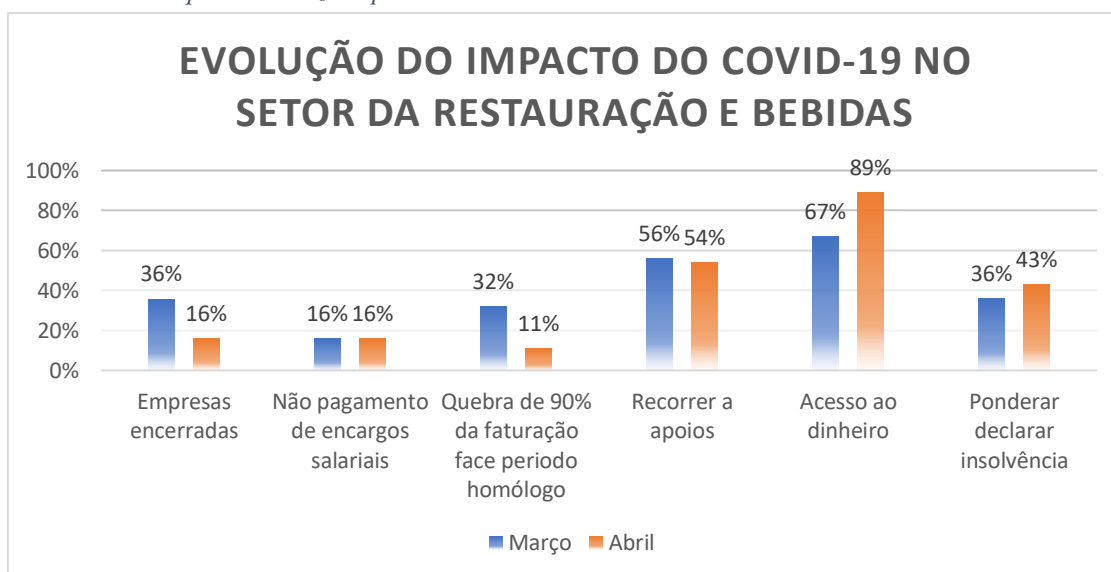


Fonte: AHRESP

Quando se tem por base o setor da restauração e bebidas, os resultados são igualmente preocupantes. Em maio, cerca de 35,6% das empresas ainda não tinham retomado a sua atividade, valor que desceu positivamente para 16% no mês de julho, talvez um dos únicos fatores positivos nos dados analisados. Em termos salariais, foi possível denotar que 16% das empresas não conseguiram pagar os seus encargos no mês de maio e julho, sendo que a sua faturação atingiu o valor zero em cerca de 17% das mesmas, com 32% a registar quebras homólogas acima dos 90% em maio e 11% em julho (Anexo 7).

Apesar de, no mês de maio, cerca de 56% das empresas terem recorrido ao financiamento, 33% das mesmas ainda não tinham tido acesso ao dinheiro e 36% ponderavam mesmo declarar insolvência. Já em julho, a percentagem de empresas que recorreu ao financiamento manteve-se constante, cerca de 54%, e embora só 11% das mesmas não terem tido acesso ao dinheiro, a percentagem das que consideravam declarar insolvência subiu substancialmente para os 43%, ou seja, a chegada das ajudas por parte do Estado, neste caso, não teve o efeito esperado, já que, apesar de terem havido mais empresas a aceder ao dinheiro, a percentagem das mesmas que pondera declarava insolvência aumentou (Figura 18).

Figura 18 - Evolução do impacto do COVID-19 no setor da restauração e bebidas entre maio e julho, com base num inquérito realizado pela AHRESP



Fonte: AHRESP

Alguma coisa estava mal com certeza, ou o dinheiro estava a chegar tarde às empresas, o que por si só já era muito mau, ou essas mesmas ajudas não se mostravam ser suficientes face à situação que se vivia, de qualquer das formas nenhuma das situações jogava a favor de um Estado que parecia estar a fazer tudo em cima do joelho.

É possível concluir que, apesar do número de empresas que retomou a sua atividade mostrar sinais crescentes e positivos para o setor, muitas delas recorreram a financiamentos, a maioria ainda sem o acesso ao dinheiro, que terão que retomar mais tarde, ou seja, mais dívida. Isto aliado ao não cumprimento do pagamento de salários e a quebras abruptas na faturação comparado com períodos homólogos, faz com que a percentagem de empresas que pondera declarar insolvência aumente progressivamente com o passar do tempo, podendo levar à falência de muitas delas. Toda a informação analisada anteriormente encontra-se resumida de forma sucinta na tabela 1.

*Tabela 1 – Síntese dos resultados dos inquéritos realizados pelo Banco de Portugal e pela AHRESP em relação aos efeitos do COVID-19 nas empresas*

<b>Banco de Portugal</b>			
Objetos de análise	Confinamento para Desconfinamento (de março a junho)		
<b>Empresas em funcionamento</b>	Aumento Significativo		
<b>Redução Volume de Negócios</b>	Diminuição Significativa		
<b>Redução no pessoal</b>	Diminuição Significativa		
<b>Empresas que beneficiaram com medidas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas</b></li> <li>• <b>Moratória ao pagamento de juros e capitais de crédito já existentes</b></li> <li>• <b>Acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado</b></li> </ul>	Aumento Ligeiro		
	Aumento Ligeiro		
	Aumento Ligeiro		
<b>Dificuldades líquidas</b>	Diminuição Significativa		
<b>Recorrer a crédito adicional</b>	Aumento Ligeiro		
<b>AHRESP</b>			
Objetos de análise	Confinamento (de março a abril)	Desconfinamento (de maio a julho)	
	Restauração e bebidas e Alojamento turístico	Restauração e bebidas	Alojamento turístico



<b>Empresas em funcionamento</b>	Diminuição Ligeira	Aumento Significativa	Aumento Significativa
<b>Expetativas de pagamento de salários para próximos meses</b>	Diminuição Ligeira	Diminuição Significativa	Diminuição Ligeira
<b>Recorrer linhas de apoio</b>	Aumento Significativo	Diminuição Ligeira	Aumento Ligeiro
<b>Dinheiro disponível</b>	Aumento Significativo	Aumento Significativo	Aumento Significativo
<b>Faturação</b>	Diminuição Significativa	Aumento Significativo	Aumento Significativo
<b>Ponderar declarar insolvência</b>	Aumento Significativo	Aumento Ligeiro	Diminuição Ligeira

Nota:

Ligeiro ➡ até 10 valores de diferença

Significativo ➡ +10 valores de diferença

Fonte: *Elaboração Própria*

### 5.3. Análise crítica

As previsões no início do ano civil apontavam para um 2020 bastante positivo para o setor do turismo em Portugal, com o número de turistas, dormidas e receitas a registarem máximos históricos (Turismo de Portugal, 2020). A fase que se viveu de seguida não passava pela imaginação de qualquer indivíduo e com certeza que não constava no leque mais vasto de cenários negativos que poderiam suceder este ano.

As consequências que a pandemia teve para a economia, já previamente muito frágil, foram terríveis. No dia 18 de março instalou-se o primeiro Estado de Emergência. Nesse dia, oficialmente, eram 642 casos confirmados<sup>13</sup>. No dia da sua segunda renovação, já eram 18.841. Mesmo sabendo que se fazem poucos testes, e que muito provavelmente a maioria dos expostos ao vírus nem estavam nas estatísticas, eram estes os números que serviam de base para as tomadas de decisão por parte dos responsáveis pelas mesmas.

O dilema que o Governo teve que enfrentar ao longo deste período baseava-se de forma simplista em adotar e manter medidas de controlo e prevenção da propagação do vírus, e ao

<sup>13</sup> Indivíduo com confirmação laboratorial conclusiva para o novo coronavírus independentemente dos sinais e sintomas apresentados.

mesmo tempo não deixar a economia parar e tentar manter o máximo possível o ritmo da atividade económica.

Apesar de todas as ajudas criadas pelo Governo para fazer face aos problemas consequentes da pandemia COVID-19, nem tudo foi feito da melhor maneira e, ao longo do período mais crítico do século em termos financeiros, surgiram muitas dificuldades ligadas diretamente a essas mesmas ajudas. Todos os problemas sequeles tiveram o seu efeito repercutido na atividade das empresas, sendo que a análise dos inquéritos apresentada é o espelho do real impacto nas empresas ligadas ao setor da restauração e turismo. Um dos principais problemas, e que serviu como objeto de estudo, foram as limitações ao acesso às linhas de crédito.

As linhas de crédito foram criadas pelo Estado de forma a tentar ajudar rápida e eficientemente as empresas e os empresários e trabalhadores que as representam. Essas mesmas linhas simbolizavam o pressuposto correto, mas revelaram apresentar muitas deficiências, desde já quanto à sua facilidade de acesso ou falta dele.

Iniciando pelos atrasos no cumprimento de prazos e facilitação do dinheiro em si, passando pelas absurdas taxas e comissões exigidas, exigências ao nível de avales pessoais e outras obrigações, assim como a aplicação de critérios que discriminavam grande parte do núcleo das PME's, tudo isto contribuía para o descalabro do setor empresarial.

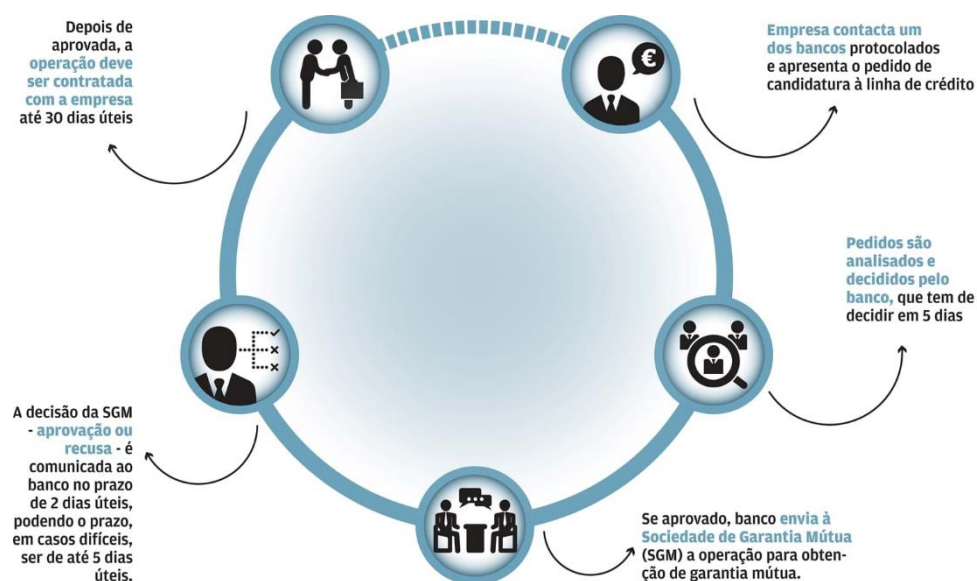
Começando pelo mais importante, a quantidade de dinheiro que foi disponibilizado. O somatório do total de ajudas que o Governo proporcionou para não deixar a economia descambar, ou seja, a quantidade de dinheiro presente nas linhas de crédito disponibilizadas, a quantidade de dinheiro que se esperava gastar com o regime de lay-off, as suspensões de pagamentos de impostos e outras medidas de apoio ao rendimento das famílias, não chegavam aos 5% do PIB do país, enquanto que noutros países como Reino Unido ou Alemanha, as suas ajudas atingiam os 10 e 15 %, respetivamente. (Leite, et al., 2020)

Claro que essas diferenças podem ser explicadas pelo facto de ambos os países apresentarem valores do PIB muito mais elevados que Portugal ou até porque este parte de condições mais frágeis, com 120% do PIB de dívida pública, o que fornece um menor nível de cobertura das linhas de crédito, mas não pode ser tudo justificado apenas por esses fatores. Porquê a criação das linhas de crédito de forma tão distanciada e singular ao longo do tempo? Porque se esperou tanto tempo e não foi lançado logo tudo no início? (De Lima, Bobone, Barros, Leon, & Pereira, 2020) Para além de todos estes problemas que envolveram a quantidade de

dinheiro que o Estado estava disponível a “emprestar” para salvar as empresas, algo mais grave emergiu, o acesso a essas mesmas ajudas.

O primeiro entrave que se apresentou para aqueles empresários que pretendiam aceder às linhas de crédito foi a complexidade e elevada burocracia (Reis, Saraiva, & Pereira, 2020). O dinheiro é pedido pelas empresas aos bancos, pedidos estes que, em alguns casos envolviam o preenchimento de 10 documentos diretamente ligados ao pedido em si, mais outros 7 para a contratualização. Os bancos, por sua vez, faziam a análise de risco das empresas, análise feita da forma mais delicada e cautelosa possível, tendo em conta o descalabre que se fez sentir na passada Crise de 2008, onde foi emprestado crédito pelos bancos de forma abundante e sem grandes preocupações com os riscos, crédito que na maioria dos casos não foi recuperável por parte da Banca. Por fim, o processo passava consequentemente para as sociedades de garantia mútua, a SPGM, onde só aí se finalizava todo este sistema (Figura 19) (Marques, Calheiros, Martins, & Bernardo, 2020).

Figura 19 - Percurso para obtenção das linhas de crédito lançadas pelo Governo para ajudar no combate ao COVID-19



Fonte: [www.jornaldenegocios.pt](http://www.jornaldenegocios.pt)

Estas fases envolvem uma grande quantidade de tempo, algo que os empresários não possuíam em abundância. Toda esta complexidade aliava-se a um exagerado nível de burocracias e critérios que restringiam de forma drástica o número de empresários que podia vir a ter o acesso ao dinheiro.

Por forma a aceder a estas ajudas, as empresas teriam de preencher, entre outros critérios específicos de cada uma das linhas autónomas, cumulativamente, três condições, a

existência de uma quebra de faturação mínima de 20% que estivesse relacionada com a pandemia de COVID-19, quebra essa que no início se situava nos 40%. Para além disso, não seriam aceites as candidaturas de quem apresentasse prejuízos em 2019, ou seja, que não registassem capitais próprios positivos no seu balanço referente ao ano anterior, ou ainda empresas que possuíssem dívidas à Segurança Social ou ao fisco, sendo que teriam que provar a regularização da sua situação através da emissão de declarações não-dívida. (Reis, Saraiva, & Pereira, 2020).

Ademais estas condições, eram utilizados critérios de decisão que não iam de acordo com o tecido empresarial das microempresas, já que estas, no plano teórico, representavam o grupo de maior risco para disponibilização de crédito (Andrade, Marques, Ribeiro, & Pisco, 2020). Desde logo isto declarou-se como a maior preocupação de Associações e Confederações Patrimoniais dos setores correspondentes, uma vez que em Portugal existiam, no pré COVID-19, cerca de 1.200.000 microempresas, espalhadas por todo o tipo de setor, e que sem elas o comércio e a economia nacional simplesmente não existiam (Andrade, Marques, Ribeiro, & Pisco, 2020).

Àqueles empresários cujos pedidos foram corretamente submetidos, posteriormente exigiram-se avales pessoais e garantias bancárias, que para quem já estava com corda ao pescoço eram muito difíceis de apresentar, levando algumas delas a ponderar arriscar ou não o seu património pessoal (De Lima, Bobone, Barros, Leon, & Pereira, 2020), tudo isto somado a taxas e juros elevadíssimos pedidos pelos bancos, em alguns casos a aproximarem-se dos 3,5 e 4%. (Andrade, Marques, Ribeiro, & Pisco, 2020). Foi também estipulado que esses mesmos processos de concessão de garantias e atribuição de crédito ainda poderiam ser demorados devido aos prazos e regras de gestão de risco em vigor na banca, até máximos que atingiram os 102 dias (Leite, et al., 2020).

Para além de tudo isto, os sócios e gerentes não foram considerados no conjunto de critérios de decisão relativos às medidas de lay-off, apesar de apresentarem o seu regime contributivo legal (De Lima, Bobone, Barros, Leon, & Pereira, 2020). Muitas microempresas possuem apenas um trabalhador ou gerente, onde a sua atividade corresponde à atividade total da empresa, e que, desta forma, não puderam usufruir do regime de lay-off.

Foi também verificado através da PRO.VAR<sup>14</sup>, que muitas empresas, que nada tinham a ver com o ramo da restauração, de forma a poderem aceder à linha apenas destinada ao apoio a

---

<sup>14</sup> Associação nacional dedicada em exclusivo ao setor da restauração.

esse setor, estavam a acrescentar ao seu pedido a Classificação de Atividade Económica (CAE) 56, justificando que passaram a desenvolver atividade relacionada com restauração e similares (Agência Lusa, 2020). Isto fez com que as linhas de crédito destinadas ao ramo esgotassem, pelo que a maior parte das micro e pequenas empresas não tiveram acesso a essas mesmas ajudas, faltando priorização na altura da decisão.

São demasiados os problemas que nasceram do acesso a linhas de crédito e outras ajudas do Estado, sendo que estas soluções atuais não possuíam as duas componentes essenciais para fazer face a estes casos, a rapidez e a eficácia (Reis, Saraiva, & Pereira, 2020). Até é possível referir que nenhuma das duas é cumprida na sua integridade.

A rapidez, conforme já foi enunciado, foi substituída pela demora excessiva da atuação do Governo e uma desvalorização da crise económica, quando já no início do ano se previa que uma situação como esta poderia acontecer. Essa demora aliou-se ao facto de as supostas soluções para resolver ou atenuar o problema financeiro surgiram ao longo do tempo, de forma singular e muitas das vezes tendo que ser revistas e alteradas, como o caso do lay-off.

Por si só, a eficácia parece ter-se revelado um completo fracasso, uma vez que a maioria dos empresários não se candidataram para o acesso às linhas de crédito disponibilizadas, já que essa mesma candidatura levaria a uma série de problemas, ainda mais do que aqueles que já possuíam, e a um maior endividamento no futuro, posto que todo o dinheiro que em teoria beneficiariam no presente, teria que ser devolvido, com a adição de juros, no futuro.

Para além da injeção de liquidez torna-se urgente criar um plano de segurança e confiança interna e externa (Marques, Calheiros, Martins , & Bernardo, 2020), incentivar com subsídios o emprego e não o desemprego, e dar a oportunidade à maior parte das empresas de evoluir e ultrapassar a situação, adaptando-se e adquirindo a capacidade de revolucionar os seus negócios e inovar. (Marques, Calheiros, Martins , & Bernardo, 2020).

## 6. Perspetivas de futuro

Em apenas 20 anos, Portugal passou de um destino turístico europeu de segundo plano para se assumir como uma referência a nível mundial. Surgiu no mercado internacional mais fortes do que nunca e deu a conhecer ao mundo as maravilhas que o país possuía. Começando pelas pessoas, a comida, a paisagem, as cidades, as praias, a história, tudo isto foi o cartão de visita para a atração todo o tipo de turistas vindos dos quatro cantos do mundo.

Existiu um forte investimento nos alojamentos, restaurantes e experiências capazes de agradar aos mais exigentes, fossem eles jovens, idosos ou pessoas de meia idade. Aos espanhóis, ingleses, franceses e brasileiros que sempre fizeram do país uma segunda casa, juntaram-se, italianos, alemães, holandeses, angolanos, americanos, chineses. E a tudo isto somavam-se prémios atrás de prémios e elogios de quem frequentava um país que se encontrava em clara ascensão turística e, conseqüentemente, económica.

Com tudo consolidado, os primeiros meses do ano antecipavam um verão excepcionalmente bom para o turismo em Portugal. A ter-se cumprido ter-se-iam as cidades e praias superlotadas. Em vez disso existiu um enorme vazio, hotéis com ocupações muito baixas ou quase inexistente, cidades deixadas aos seus habitantes, praias despidas de turistas e um setor do comércio totalmente em ruínas.

Os dados são simples: mais despedimentos, mais salários em atraso, mais empresas fechadas, menos receitas, mais prejuízo e um maior endividamento por parte do Estado. Este era o estado do país concluído o primeiro semestre do ano, e ainda há outro pela frente, que não se adivinha mais fácil que o anterior.

As primeiras previsões realizadas pelo FMI, no início da pandemia, apontavam para uma queda do valor do PIB em cerca de 8% associada a uma subida da taxa de desemprego perto dos 14%, mais do dobro da taxa registada em fevereiro do presente ano. (FMI, 2019).

Já o INE tinha apresentado uma simulação em que bastava uma queda de 25% na atividade do turismo para retirar 2,9% à riqueza produzida em 2020. E é muito provável que o turismo, um setor que representa mais de 11% do PIB, podendo chegar aos 17% se se englobar tudo o que gravita em seu redor, perca mais do que isso este ano. (INE, 2020).

Também o na altura ministro das Finanças, Mário Centeno, já tinha alertado para uma queda histórica do PIB no segundo trimestre deste ano que poderia chegar aos 20%, onde o défice do Estado poderia atingir os 7 mil milhões de euros, ao mesmo tempo que a queda da

economia, no segundo trimestre do ano, poderia ser 4 vezes superior à do pior trimestre da recessão da crise de 2008. Estas previsões, aliadas a outros dados, dão como possível cenário para Portugal o enfrentar da mais profunda recessão económica desde que existem dados estatísticos viáveis. (Caetano, Fernandes, & Dias, 2020).

Muito se discutiu também sobre o possível modelo de evolução e recuperação económica, se será em U, V, L, ou em I. Recuperação económica lenta mas feita no seu pleno, recuperação económica em pleno e com a rapidez que caracterizou a queda, o melhor cenário possível, uma estabilização da situação económica do país, sem conseguir a desejada recuperação dos valores pré-pandemia, ou uma queda a pique, com o país a cair com estrondo e provavelmente a bater no fundo, são estes os cenários apresentados por vários autores e indivíduos especialistas neste tipo de estudos, sendo que nenhum deles é consensual, já que se está a viver uma crise com proporções históricas incomparáveis (Pereira, Núncio, & Fernandes, 2020).

Apesar de este ser um dos períodos mais negros da história do país, existe sempre algo que simboliza o povo português, a esperança e resiliência. Após a chegada do COVID-19 e a sua respetiva instalação, partindo do zero, e ao longo dos últimos seis meses, os governos, empresas e particulares deram expressão à materialização da esperança em forma de máscaras, kits de testagem, ventiladores, serviços digitais e solidariedade.

Ir além da reconstrução, e ter capacidade de inovar, esse será o segredo para ultrapassar todo este período de insuficiência financeira. Existem trabalhos e tipos de negócio que vão desaparecer, não porque a qualidade decresceu, mas porque as tarefas desempenhadas se tornaram insignificantes dado o momento atual. É assim essencial para os empresários pensarem nos seus modelos de negócio e naquilo que o mercado necessita, deixando para trás o foco num dia de cada vez e passar a prestar atenção ao pós-crise e ao longo prazo, procurando oportunidades e vantagens que surgem com a mesma.

Mais que nunca, num sector do turismo que é feito por pessoas e para pessoas, as relações P2P, sejam elas empresa com cliente ou empresa com empresa, assumirão uma importância estratégica.

Ao nível do B2B, relações entre negócios, a união e coesão entre empresas do setor do turismo poderão também representar uma importância capital, um tipo de negócio ao qual não estava a ser dada a devida importância no período recente pré-pandemia e que carrega um variado número de vantagens comerciais para as empresas envolvidas a nível de

estabilidade e continuidade, uma vez que as empresas são mais estáveis e menos mutáveis do que as pessoas.

Para conseguir dar resposta a um público diversificado, o planeamento turístico tornou-se indispensável para manter a competitividade em alta, sendo que a estratégia deverá passar pela aposta na qualidade da oferta, promoção de locais com potencial turístico, mais concretamente regiões do interior, e um foco especial no desenvolvimento sustentável, seja através do respeito pelo ambiente, seja pela transmissão de diferentes estilos de vida, valores e tradições. Assim, mediante a conjuntura atual, é necessário pensar também em estruturas que promovam a segurança junto dos viajantes.

Com o consumo interno a aumentar aliado à procura de destinos de proximidade, com pouca densidade populacional e que inspirem confiança, a oferta também deve seguir esse caminho. As férias de verão neste ano já serviram como experiência daquilo que se adivinha ser uma normalidade nos próximos tempos, e quanto melhores forem as condições oferecidas para o chamado novo público alvo, mais esta se poderá tornar uma tendência e desbloquear, de certa forma, o país da dependência excessiva que tem com o exterior, seja a nível de turismo seja a nível de obtenção de matéria prima e produção (Leite, et al., 2020).

O mundo digital trouxe oportunidades de expansão de negócios que no início do século eram inimagináveis. Focando o setor da restauração, é possível identificar inúmeras vantagens que os estabelecimentos podem aproveitar. O digital é algo que está cada vez mais na moda e não vai levar muito tempo até que a Inteligência Artificial faça parte do dia-a-dia. Com ela, surge um lote infinito de oportunidades e ideias inovadoras, desde experiências de aprendizagem culinária, ao uso de restaurantes sem ter que estar presente fisicamente.

Para além deste tipo de oportunidades, também a procura de todo o tipo de produtos existentes no país, desde peixes, carnes, especiarias, caldeiradas, todos de uma qualidade a roçar a excelência, que por vezes são mais apreciados pelos turistas que proveem do estrangeiro do que pelo próprio cliente português, pode ver os seus níveis de interesse aumentar.

Para o turista internacional, considerando a boa imagem que o país já tinha como destino turístico, junta-se agora a perceção de segurança e confiança que conseguiu transmitir durante o período de Estado de Emergência, através da imagem de disciplina e civismo transmitida pela generalidade dos cidadãos. E com a implementação das medidas a que esta situação de pandemia veio obrigar, conseguir-se-á certamente captar algum volume dos



mercados mais próximos, por exemplo, a partir de Espanha, de Itália e da Grécia, que passaram a ser dos países considerados evitáveis do ponto de vista turístico para os próximos anos. A adicionar a isto surge o sistema privado de saúde e o sistema imobiliário, que através do forte investimento e desenvolvimento têm sido capazes de atrair pessoas de certa idade para o país, em buscar de melhor qualidade de vida e acesso a bens de saúde.

Em todo o caso, está na mão dos Governos implementar medidas que permitam criar elementos de confiança para que o turista se sinta seguro. Enfrenta-se um novo paradigma, em que a adaptação das empresas e dos profissionais é imperativa. Quem melhor se souber adaptar às circunstâncias, com maior facilidade e velocidade, conseguirá estabilizar a sua situação e encontrar “paz num período de guerra”.

## Conclusão

O estágio realizado na Caixa Crédito Agrícola referente ao mestrado em Gestão na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) possibilitou uma aproximação real com o mundo do trabalho, servindo na perfeição como ponto de ligação entre o percurso académico e o mundo do trabalho.

A caixa de Crédito Agrícola foi um excelente local para efetuar o estágio curricular, pois houve a possibilidade de pertencer a um ambiente de trabalho exigente, mas ao mesmo tempo de grande cumplicidade e amizade entre todos os envolventes, tornando a integração e o dia-a-dia enriquecedor e satisfatório. A interação com clientes, o contacto com atividades diárias relacionadas com a banca, a perceção do funcionamento de um local de trabalho onde várias pessoas se encontram envolvidas, a relação com outros indivíduos experientes e com muito conhecimento para transmitir, o convívio com a rotina laboral, tudo isso e muito mais transformaram esta experiência em algo inesquecível e que serve como excelente ponto de partida para o que se segue.

Conclui-se que os objetivos propostos no início do relatório, relativos à descrição das atividades desenvolvidas no decorrer do estágio curricular, assim como oferecer um retrato do que foi o período COVID e as consequências que o mesmo teve nas empresas, em especial no setor da restauração, foram atingidos na sua plenitude. Através da apresentação de apoios disponibilizados pelo Estado e pelas autarquias e da posterior análise do ponto de vista das empresas e dos empresários, foi possível desenvolver um conhecimento relativo ao real impacto que as medidas tiveram nas empresas do setor, destacando-se acima de tudo a ineficácia.

O Governo tentou ajudar, mas em muitas vezes ainda piorou a situação com as elevadas burocracias e as exageradas exigências aquando os pedidos de ajuda por parte da população. As autarquias individualmente tentaram suprimir esses mesmos problemas e funcionar como elo de ligação e facilitação entre as ajudas que eram declaradas de cima e problemas reais. As empresas por sua vez tentavam exprimir as suas necessidades e sobreviver o máximo que conseguiam sem receitas e ao mesmo tempo sem injeções de liquidez. Um panorama complexo, de demasiada desorganização e insuficiência que poderá servir como exemplo para o enfrentar dos próximos tempos.

Para um futuro próximo, vão ser necessários muitos mais sacrifícios por parte dos cidadãos, vão ser necessários mais apoios e interações entre as autarquias e os seus responsáveis e os

empresários, vão ser necessários mais apoios à liquidez das empresas e mais facilidade no acesso aos mesmos. Já é prevista uma segunda vaga, por alguns avaliada como podendo ser ainda pior que esta primeira, e pelo facto de se ter que viver com o vírus pelo menos mais um ano, devido à inexistência de uma vacina comprovada clinicamente, advinham-se tempos difíceis.

## Bibliografia

- Agência Lusa. (12 de Maio de 2020). *Empresas turísticas de Castelo de Bode iniciaram processo de certificação Biosphere*. Obtido em 14 de Junho de 2020, de mediatejo.net: <https://www.mediatejo.net/empresas-turisticas-de-castelo-de-bode-iniciaram-processo-de-certificacao-biosphere/>
- Agência Lusa. (13 de Maio de 2020). *Restauração diz que linhas de crédito estão a ser utilizadas por empresas fora do setor*. Obtido em 30 de Maio de 2020, de Observador: <https://observador.pt/2020/05/13/restauracao-diz-que-linhas-de-credito-estao-a-ser-utilizadas-por-empresas-fora-do-setor/>
- AHRESP. (2020). *Inquérito ao setor da restauração*. Lisboa. Obtido em 12 de Setembro de 2020, de <https://ahresp.com/?s=INQU%C3%89RITO+AHRESP%3A+IMPACTO+COVID-19>
- Andrade, F. R., Marques, D., Ribeiro, N. G., & Pisco, J. (24 de Abril de 2020). Negócios da Semana. (J. G. Ferreira, Entrevistador) SIC Notícias.
- Assembleia da República. (2020). *Estado de Emergência*. Obtido em 30 de Abril de 2020, de <https://www.parlamento.pt/Paginas/covid19/estado-de-emergencia.aspx>
- Avenidas. (2020). *Avenidas here for you*. Obtido em 13 de Agosto de 2020, de <https://www.avenidas.pt/>
- Banco de Portugal. (2020). *Inquérito Rápido e Excepcional às empresas*. Obtido em 13 de Setembro de 2020, de <https://www.bportugal.pt/publications/banco-de-portugal>
- Caetano, E., Fernandes, L. V., & Dias, J. D. (13 de Abril de 2020). *“Segundo trimestre vai ter uma quebra próxima de 4 ou 5 vezes o máximo que já vimos um trimestre cair em Portugal”, diz Centeno - como aconteceu*. Obtido em 01 de Maio de 2020, de Observador: <https://observador.pt/liveblogs/estados-unidos-registam-mais-de-1-500-mortos-nas-ultimas-24-horas/>
- CIP. (2020). *Juntos Podemos Salvar a Nossa Economia*. Obtido em 01 de Setembro de 2020, de [https://www.ccip.pt/images/documentos/relatorio-analise\\_inquerito-impacto-covid19-empresas.pdf](https://www.ccip.pt/images/documentos/relatorio-analise_inquerito-impacto-covid19-empresas.pdf)
- CM Lisboa. (2020). *Covid-19 Medidas e Informações*. Obtido em 15 de Agosto de 2020, de Câmara Municipal de Lisboa: <https://www.lisboa.pt/covid-19-medidas-e-informacoes/medidas-do-municipio>
- CM Porto. (2020). *Covid-19 - Câmara Municipal do Porto*. Obtido em 15 de Agosto de 2020, de Câmara Municipal do Porto: <https://www.cm-porto.pt/covid-19>
- Coibion, O., Gorodnichenko, Y., & Weber, M. (May de 2020). THE COST OF THE COVID-19 CRISIS: LOCKDOWNS, MACROECONOMIC EXPECTATIONS, AND CONSUMER SPENDING. *NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH*, p. 51.
- Crédito Agrícola. (2020). *História do Grupo CA*. Obtido em 12 de Março de 2020, de Crédito Agrícola: <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/quem-somos-historia/historia-ca>

- Crédito Agrícola. (30 de Abril de 2020). Relatório e Contas consolidado 2019. p. 308. Obtido em 14 de Maio de 2020, de <https://www.creditoagricola.pt/-/media/19dbc13bcd264f4d856658505bcd42fc.pdf>
- De La Torre, Ó. (1980). *El Turismo: Fenomeno Social*. México: Editorial Fondo de Cultura Económica.
- De Lima, A. P., Bobone, B., Barros, A. A., Leon, L., & Pereira, J. V. (2 de Abril de 2020). Negócios da Semana. (J. G. Ferreira, Entrevistador)
- DGERT. (2020). *Lay-off Simplificado – Medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia COVID-19*. Obtido em 29 de Abril de 2020, de <https://www.dgert.gov.pt/covid-19-perguntas-e-respostas-para-trabalhadores-e-empregadores-faq/medidas-excecionais-e-temporarias-de-resposta-a-epidemia-covid-19>
- DGS. (2020). *Direção Geral de Saúde*. Obtido em 12 de Maio de 2020, de <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-002a2020-de-25012020-atualizada-a-250220201.aspx>
- Diário da República. (18 de Março de 2020). *Decreto do Presidente da República*. Obtido em 17 de Maio de 2020, de <https://dre.pt/application/conteudo/130399862>
- Dinheiro Vivo/Lusa. (8 de Maio de 2020). *Hidrofer lança produção industrial de zaragatoas para testes clínicos*. Obtido em 9 de Maio de 2020, de Dinheiro Vivo: <https://www.dinheirovivo.pt/geral/hidrofer-lanca-producao-industrial-de-zaragatoas-para-testes-clinicos/>
- Farinha, L., & Félix, S. (2014). Uma análise de restrições de financiamento às PME portuguesas. *Banco de Portugal*, p. 27. Obtido em 11 de Março de 2020, de <https://www.bportugal.pt/paper/artigo-3-2014-uma-analise-de-restricoes-de-financiamento-pme-portuguesas>
- FEUC. (2020). *Regulamento dos estágios no âmbito do mestrado em gestão*. Coimbra. Obtido em 14 de Setembro de 2020, de [https://www.uc.pt/regulamentos/uo/uei/feuc/vigentes/regulamento\\_estagios\\_curricular\\_es\\_mestrado\\_gestao.pdf](https://www.uc.pt/regulamentos/uo/uei/feuc/vigentes/regulamento_estagios_curricular_es_mestrado_gestao.pdf)
- FMI. (Julho de 2019). INTERNATIONAL MONETARY FUND Country Report No, 19/221. *PORTUGAL 2019 ARTICLE IV CONSULTATION—PRESS RELEASE; STAFF REPORT; AND STATEMENT BY THE EXECUTIVE DIRECTOR FOR PORTUGAL*, p. 75. Obtido em 12 de Agosto de 2020, de <https://www.imf.org/en/Countries/PRT>
- Freitas, F. J. (2015). *Financiamentos das pequenas e médias empresas*. Relatório de Estágio, Porto. Obtido em 12 de Maio de 2020
- IAPMEI. (2020). *Linhas de apoio à Economia COVID-19*. Obtido em 25 de Junho de 2020, de <https://www.iapmei.pt/Paginas/COVID-19-Medidas-de-Apoio-as-Empresas-Financia.aspx>
- IAPMEI. (2020). *Medidas de apoio às Empresas*. Obtido em 25 de Junho de 2020, de [https://www.iapmei.pt/Paginas/COVID-DOCS/FAQs\\_MORATORIA-DE-CREDITOS-SITE-DO-IAPMEI\\_v2.aspx](https://www.iapmei.pt/Paginas/COVID-DOCS/FAQs_MORATORIA-DE-CREDITOS-SITE-DO-IAPMEI_v2.aspx)
- INE. (2012). *Evolução do setor empresarial em Portugal: 2014 - 2010*. Obtido em 12 de Maio de 2020, de Instituto Nacional de Estatística:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=143262137&PUBLICACOESstema=55579&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=143262137&PUBLICACOESstema=55579&PUBLICACOESmodo=2)

- INE. (2020). *Previsões FMI 2020*. Obtido de [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_main&xpid=INE](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE)
- Iyer, R., Lopes, S. D., Peydró, J. L., & Schoar, A. (2013). *INTERBANK LIQUIDITY CRUNCH AND THE FIRM CREDIT CRUNCH: Evidence from the 2007-2009 crisis*. Obtido em 14 de Junho de 2020
- Kantar World. (17 de Março de 2020). *Covid-19: primeiros efeitos no consumo dos portugueses*. Obtido em 03 de Maio de 2020, de <https://www.kantarworldpanel.com/pt/news/Covid-19-primeiros-efeitos-no-consumo-dos-Portugueses>
- Leite, A. N., Rafael, A. P., Coelho, E., De Andrade, F. R., Dias, P. A., & Campos, A. (8 de Abril de 2020). *Negócios da Semana*. (J. G. Ferreira, Entrevistador)
- Lusa. (2 de Junho de 2020). *Governo dos Açores acredita que combate da região ao surto pode atrair turistas*. *Jornal Público*. Obtido em 10 de Junho de 2020, de <https://www.publico.pt/2020/06/02/politica/noticia/governo-aco-res-acredita-combate-regiao-surto-atrair-turistas-1919081>
- Marques, R., Calheiros, F., Martins, L. P., & Bernardo, A. (4 de Maio de 2020). *Prós e Contras*. (F. C. Ferreira, Entrevistador)
- Miranda, A., & Mandeiro, N. (16 de Março de 2020). *Notícia TVI24*. Obtido em 14 de Abril de 2020, de TVI 24: <https://tvi24.iol.pt/politica/fecho-de-fronteiras/ministro-da-administracao-interna-anuncia-fecho-das-fronteiras-e-suspensao-de-voos-com-espanha>
- OTM. (2008). *Definição de turismo. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico*. (E. T. Pakman, Ed.) Obtido em 01 de Agosto de 2020, de <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>
- Pereira, P. T., Núncio, P., & Fernandes, N. G. (6 de Maio de 2020). *Negócios da Semana*. (J. G. Ferreira, Entrevistador)
- PORDATA. (2020). *Pequenas e médias empresas em percentagem do total de empresas: total e por dimensão*. PORDATA. Obtido em 10 de Julho de 2020, de <https://www.pordata.pt/Portugal/Pequenas+e+m%C3%A9dias+empresas+em+percentag+em+do+total+de+empresas+total+e+por+dimens%C3%A3o-2859>
- Redação O MINHO. (10 de Junho de 2020). *Câmara paga jantar a quem passar a noite em Caminha*. *O MINHO*. Obtido em 26 de Junho de 2020, de <https://ominho.pt/caminha-oferece-refeicao-para-atrair-turistas/>
- Reis, R., Saraiva, A., & Pereira, P. T. (20 de Abril de 2020). *Prós e Contras - Como viver com a pandemia?* (F. C. Ferreira, Entrevistador)
- Rocha, C. (24 de Março de 2020). *CEIIA está a trabalhar no desenvolvimento de um protótipo de ventilador*. Obtido em 26 de Abril de 2020, de Dinheiro Vivo: <https://www.dinheirovivo.pt/geral/ceiia-esta-a-trabalhar-no-desenvolvimento-de-um-prototipo-de-ventilador/>

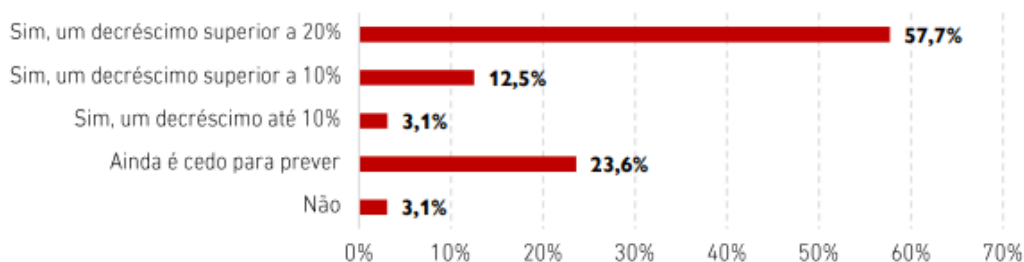
- Segurança Social. (2018). *Lay-off*. Obtido em 23 de Abril de 2020, de <http://www.seg-social.pt/layoff>
- SIM Turismo. (2020). *Solução integrada de marketing para restauração e hotelaria*. Obtido em 29 de Julho de 2020, de SIM TURISMO: <https://simturismo.pt/>
- Susete, F. (7 de Maio de 2020). Algarve. À espera dos turistas portugueses, com mais medo da crise do que da pandemia. *Diário de Notícias*.
- Tavares, F. O., Pacheco, L., & Almeida, E. F. (2014). *Financiamento das pequenas e médias empresas: análise das empresas do distrito do Porto em Portugal*. Nicolau Reinhard. Obtido em 13 de Junho de 2020
- Turismo de Portugal. (05 de Maio de 2020). *Criação selo "Clean and safe"*. Obtido em 16 de Agosto de 2020, de <http://business.turismodeportugal.pt/pt/Gerir/reconhecimento-externo/premios-distincoes/Paginas/selo-estabelecimento-clean-safe-turismo-de-portugal.aspx>
- Turismo de Portugal. (2020). *Medidas de apoio à Economia*. Obtido em 25 de Junho de 2020, de <http://business.turismodeportugal.pt/pt/Gerir/covid-19/Paginas/medidas-de-apoio-economia.aspx>
- Turismo de Portugal. (2020). *Prémios e distinções atribuídos ao Turismo de Portugal*. Obtido em 14 de Abril de 2020, de Turismo de Portugal: [http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem\\_somos/Organizacao/Premios\\_Distincoes/Paginas/default.aspx](http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/Premios_Distincoes/Paginas/default.aspx)
- Turismo de Portugal. (22 de Abril de 2020). *Visão Geral do Turismo em Portugal*. Obtido em 18 de Maio de 2020, de Turismo de Portugal: [http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo\\_Portugal/visao\\_geral/Paginas/default.aspx](http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default.aspx)
- Martins, A; I. Cruz; M. Augusto; P. Gama e P. Pereira da Silva (2016), *Manual de Gestão Financeira Empresarial*, 2.ª Ed., Escolar Editora, Lisboa, Portugal - pp 467-478

# Anexos



**Anexo 1:** Resultados do inquérito realizado pela Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa a uma amostra de 161 empresas de diversos sectores de atividade - comércio (16,2%), indústria (18,6%) e serviços (65,2%), afetadas pela pandemia COVID-19, que decorreu entre 18 e 22 de março.

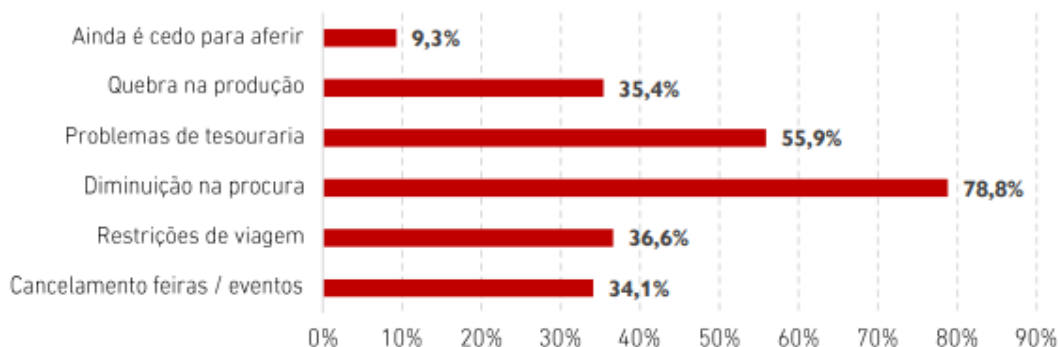
**P:1. Espera um declínio do volume de vendas em 2020?**



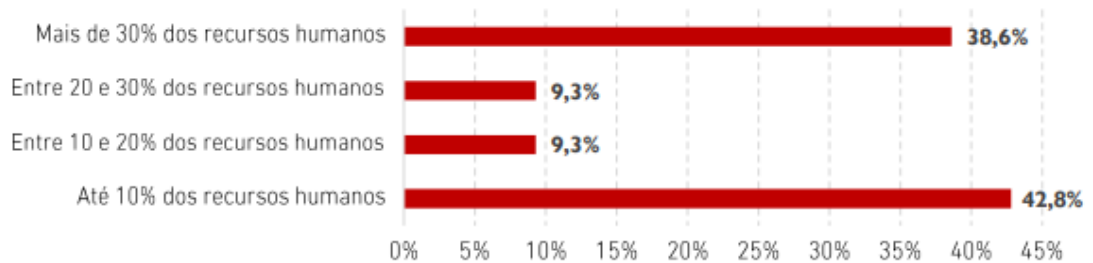
**P:2. Já está a sentir um impacto no seu negócio? (resposta múltipla)**



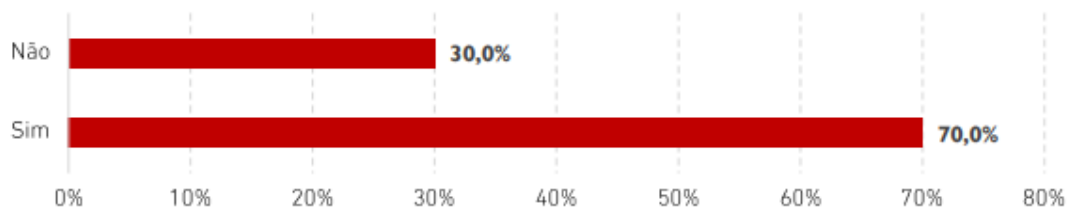
**P:3. Quais os factores que mais podem prejudicar a actividade da sua empresa? (resposta múltipla)**



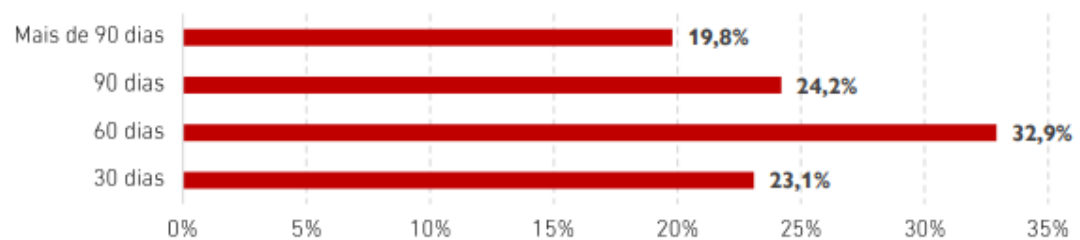
**Quantos trabalhadores da sua empresa foram para casa em função do encerramento das escolas?**



**P:4. A sua empresa está em condições de cumprir com as obrigações salariais e fiscais de Março e Abril?**



**P:5. Quanto tempo acredita que a sua empresa resistirá sem apoio à tesouraria?**



**Anexo 2:** Resultados do inquérito realizado pela AHRESP entre 1 e 3 abril de 2020 com uma amostra de 1819 respostas válidas representativas do setor da restauração e bebidas e do alojamento turístico.

## LAY OFF

### ATIVIDADE

- Neste momento, 74% das empresas refere já estar encerrada (não estão em funcionamento);

- 49% vai avançar para o lay off;
- Das empresas que vão avançar para lay off, 70% refere que não conseguem pagar salários em abril se a Segurança Social não entregar o apoio a tempo;
- Cerca de 74% das empresas referiu que o lay off é para aplicar à totalidade dos trabalhadores;
- 75% das empresas vai colocar os trabalhadores com suspensão total da prestação de trabalho, 18% com redução parcial de horário e 7% refere ter os trabalhadores nas duas situações;

### SALÁRIOS

- 30% das empresas não conseguiu pagar salários em março;
- 63% das empresas não vai conseguir pagar salários em abril (se não tiverem apoios);

### LINHAS APOIO

- 77% das empresas não recorreram a apoios financeiros;
- Das 23% empresas que o fizeram, a linha de apoio do Turismo de Portugal foi a mais referenciada (56%);
- 58% das empresas refere que as linhas de apoio financeiro não são adequadas às necessidades das empresas, e indicam apoios a fundo perdido, isenção de impostos e encargos financeiros, como as principais soluções para apoiar o tecido empresarial;

### EMPREGO/DESPEDIMENTOS

- 94% das empresas não efetuaram despedimentos em março;
- Das 6% que o fizeram, 44% referiu ter dispensado 1 trabalhador;

### FATURAÇÃO

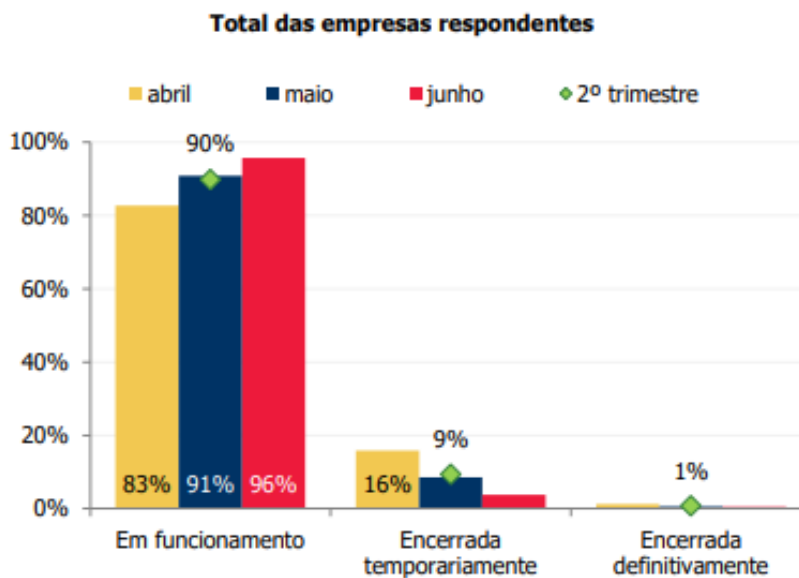
- Cerca de 80% das empresas estimam uma ausência total de faturação (zero vendas) em abril e em maio;

**Anexo 3:** Variações nos padrões de consumo dos indivíduos de uma amostra de cerca de 10000 entrevistados no período de *lockdown* segundo o estudo “THE COST OF THE COVID-19 CRISIS: LOCKDOWNS, MACROECONOMIC EXPECTATIONS, AND CONSUMER SPENDING” de Olivier Coibion, Yuriy Gorodnichenko e Michael Weber

Dependent variable:	<i>Lockdown<sub>ijt</sub></i> Coef./(s.e.)
	(1)
<b>Panel A. log(1+Spending)</b>	
Total spending	-0.313*** (0.036)
Debt payments	-0.708*** (0.103)
Housing (rent, maintenance, home insurance)	-1.091*** (0.130)
Utilities	-0.447*** (0.081)
Food	-0.228*** (0.054)
Clothing, footwear, persona care	-1.275*** (0.091)
Gasoline	-0.541*** (0.058)
Other transport (public transport, car maintenance)	-0.916*** (0.097)
Medical	-0.626*** (0.103)
Travel, recreation, and entertainment	-1.846*** (0.108)
Education and child care	-0.183*** (0.061)
Furniture, jewelry, small appliances and other small durable goods	-0.632*** (0.101)
Other spending	-1.210*** (0.102)

**Anexo 4:** Resultados do inquérito do Banco de Portugal sobre os efeitos da COVID-19 a um universo de 4,9 mil empresas, a 1 julho de 2020.

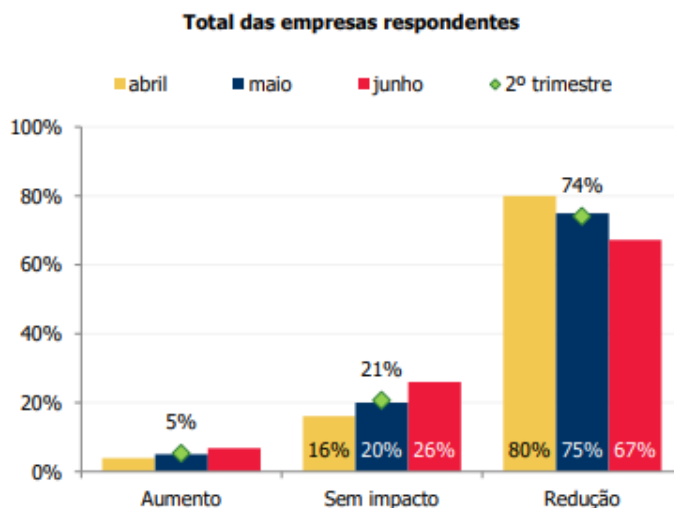
**Figura 1 • Situação das empresas no 2º trimestre de 2020, em % do total de empresas**



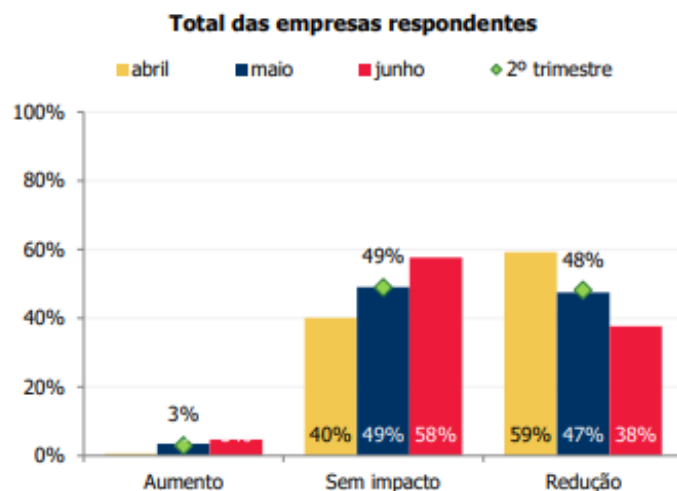
Nota: Os valores da 1ª quinzena de junho de 2020 integram já os dados revistos.

Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

**Figura 2A • Impacto da pandemia COVID-19 no volume de negócios no 2º trimestre de 2020 face à situação expectável sem pandemia, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas**

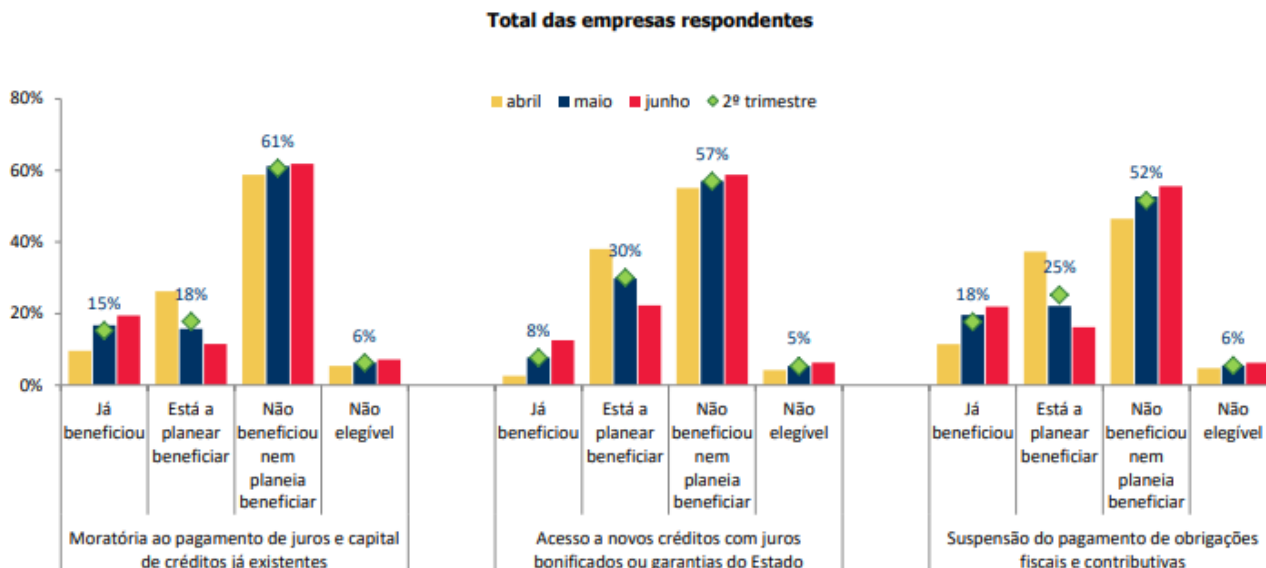


**Figura 3 • Impacto da pandemia COVID-19 no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar no 2º trimestre de 2020, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas**



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

**Figura 5 • Recurso às medidas apresentadas pelo Governo devido à pandemia COVID-19 no 2º trimestre de 2020, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas**



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

## Anexo 5: Resultados do inquérito da AHRESP sobre os efeitos do COVID-19, de março e abril de 2020, feito a um universo de 5,5 mil empresas.

### LAY OFF

#### ATIVIDADE

- Neste momento, 74% das empresas refere já estar encerrada (não estão em funcionamento);

- 49% vai avançar para o lay off;
- Das empresas que vão avançar para lay off, 70% refere que não conseguem pagar salários em abril se a Segurança Social não entregar o apoio a tempo;
- Cerca de 74% das empresas referiu que o lay off é para aplicar à totalidade dos trabalhadores;
- 75% das empresas vai colocar os trabalhadores com suspensão total da prestação de trabalho, 18% com redução parcial de horário e 7% refere ter os trabalhadores nas duas situações;

### EMPREGO/DESPEDIMENTOS

- 94% das empresas não efetuaram despedimentos em março;
- Das 6% que o fizeram, 44% referiu ter dispensado 1 trabalhador;

#### LINHAS APOIO

- 77% das empresas não recorreram a apoios financeiros;
- Das 23% empresas que o fizeram, a linha de apoio do Turismo de Portugal foi a mais referenciada (56%);
- 58% das empresas refere que as linhas de apoio financeiro não são adequadas às necessidades das empresas, e indicam apoios a fundo perdido, isenção de impostos e encargos financeiros, como as principais soluções para apoiar o tecido empresarial;

#### SALÁRIOS

- 30% das empresas não conseguiu pagar salários em março;
- 63% das empresas não vai conseguir pagar salários em abril (se não tiverem apoios);

#### FATURAÇÃO

- Cerca de 80% das empresas estimam uma ausência total de faturação (zero vendas) em abril e em maio;

Fonte: Inquérito AHRESP

#### ATIVIDADE

- Neste momento, 79,3% das empresas referem já estar encerradas (não estão em funcionamento);
- Cerca de 27% das empresas ponderam avançar para insolvência;

#### EMPREGO/DESPEDIMENTOS

- 93% das empresas não efetuaram despedimentos em março e abril;
- Destas, 17,6% admite que não vai conseguir manter a totalidade dos postos de trabalho até ao final do ano, e mais de 68% não sabe se vai conseguir manter todos os postos de trabalho;

#### FATURAÇÃO

- Cerca de 81% das empresas tiveram “faturação zero” em abril 2020;
- Das que faturaram:
  - 71,5% registaram uma quebra superior a 80% face a abril de 2019;
  - Cerca de 77% faturou menos do que 5.000€ em todo o mês de abril
- Para maio, mais de 60% das empresas estimam faturação zero;
- Em junho a estimativa de zero faturação foi referida por cerca de 30% das empresas e 18% não sabe que faturação pode vir a ter;
- Para o mês de julho, 34% das empresas não espera mais do que 5.000€ de faturação e mais de 21% não consegue estimar a faturação que pode vir a ter;

#### SALÁRIOS

- Cerca de 32% das empresas não pagou salários em abril, e 12% apenas pagou uma parte;
- 67,5% das empresas não vai conseguir pagar salários em maio, se não tiverem o apoio do lay off

#### LINHAS APOIO

- Cerca de 61% das empresas não recorreu a linhas de apoio;
- Das 39% empresas que o fizeram, a linha de apoio do Turismo de Portugal foi a mais referenciada (41,4%);
- Mais de 49% das empresas ainda tinham processos de financiamento em análise;
- Das empresas com processo aprovados, 67% ainda não tinha o dinheiro disponível;
- A maioria das empresas recorreu às linhas de apoio, 40,5% foi para o pagamento de salários, bem como para o pagamento de impostos e de contribuições sociais (30,7%);

#### REABERTURA

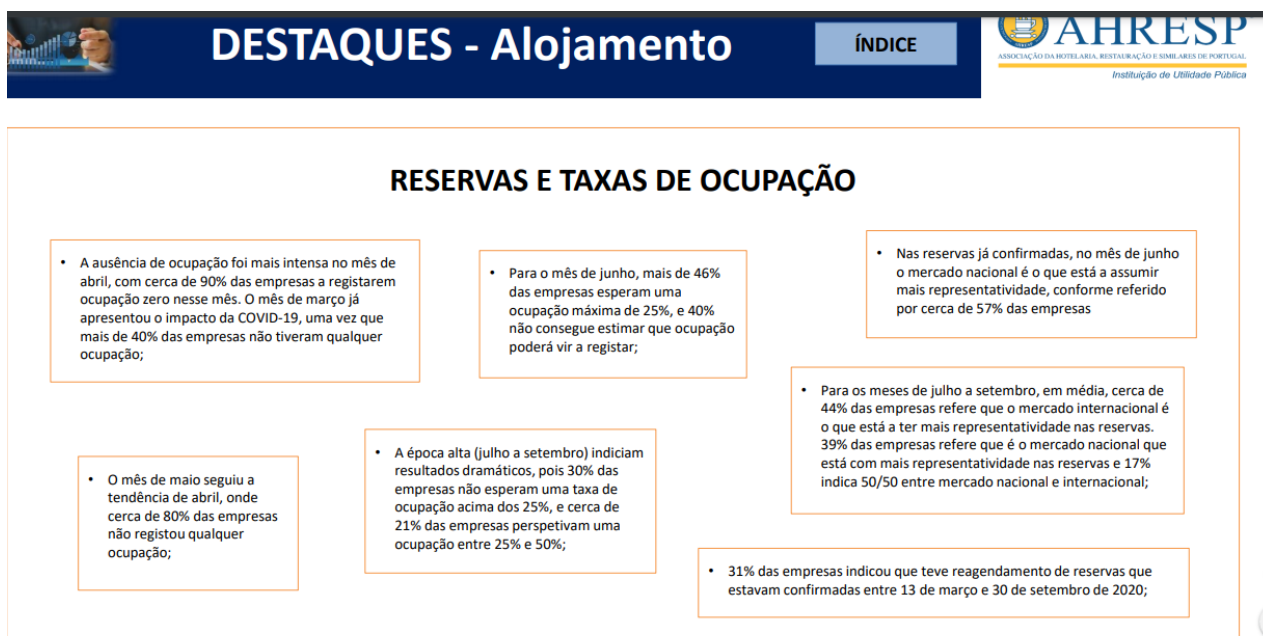
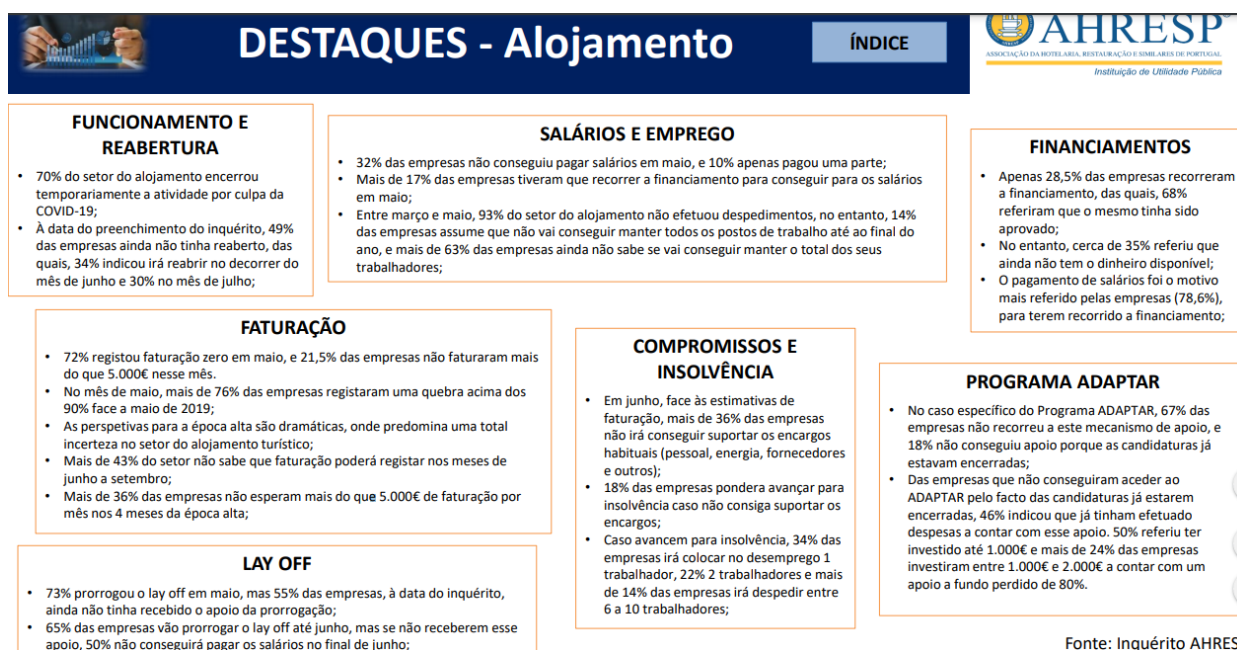
- 20% das empresas não vai reabrir a atividade com a limitação de capacidade de 50%;
- Das que vão reabrir, cerca de 56% referiram que apenas uma parte dos trabalhadores vai regressar ao trabalho;
- 46,6% das empresas necessita de apoios para aquisição de EPI's e de produtos de higienização de combate ao COVID-19;
- Cerca de 73% das empresas, após a reabertura, não tem condições para manter a atividade, caso não hajam apoios do Governo;

#### LAY OFF

- Cerca de 59% das empresas recorreram ao Lay Off;
- 77% das empresas referiram que foi aplicado à totalidade dos trabalhadores;
- Cerca de 86% das empresas colocaram os trabalhadores com suspensão total da prestação de trabalho, e apenas 2,4% aplicou a redução parcial do horário;
- Mais de 54% das empresas, não tinha qualquer informação sobre o processo de lay off;
- Cerca de 76%, à data de 30 de abril, ainda não tinha recebido o apoio da Segurança Social;
- 90,5% das empresas vão renovar o processo de lay off, e mais de 76% será nos mesmos moldes do requerimento inicial

Fonte: Inquérito AHRESP

**Anexo 6:** Resultado do inquérito da AHRESP de maio (2 primeiros) e de julho (2 últimos) de 2020 para o setor do alojamento turístico sobre os efeitos da COVID-19, feito a um universo de 1418 empresas.







## DESTAQUES - Alojamento

ÍNDICE

### FUNCIONAMENTO

- 70% do setor do alojamento encerrou temporariamente a atividade;
- À data do inquérito, 12% das empresas nunca reabriu, das quais, 53% ainda não sabe quando o poderá fazer.

### FATURAÇÃO

- Cerca de 74% das empresas faturaram em julho de 2020;
- Destas, 25% registaram um quebra homóloga superior a 90%, e 21% uma quebra entre os 60% e os 80%;
- Para o mês de agosto, mais de 43% das empresas estimam uma quebra de faturação acima de 75%, comparado com agosto de 2020. Destaque para a R.A. dos Açores, onde 60% das empresas estimam essa quebra, bem como 59% das empresas da Região de Lisboa;
- No Algarve, para o mês de agosto, 35% das empresas estimam uma quebra de faturação homóloga acima dos 75%.

### SALÁRIOS E EMPREGO

- Mais de 22% das empresas não conseguiu pagar salários em julho, e 9% apenas pagou uma parte. Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores foi de 44% e 40%, respetivamente, e no Algarve cerca de 24% das empresas não conseguiram pagar os salários de julho;
- Mais de 18% das empresas tiveram, em julho, que recorrer a financiamento para conseguir pagar os salários dos seus trabalhadores;
- Desde o início do estado de emergência, apenas 7% das empresas efetuou despedimentos;
- Cerca de 15% das empresas assume que não vai conseguir manter todos os postos de trabalho até ao final do ano. Na região de Lisboa são 21% as empresas que não vão manter os postos de trabalho até ao final do ano.

### COMPROMISSOS E INSOLVÊNCIA

- Em agosto, face às estimativas de faturação, 60% das empresas não irá conseguir suportar os encargos habituais (pessoal, energia, fornecedores e outros);
- 17% das empresas pondera para insolvência, caso não consigam suportar todos os encargos;
- Em termos regionais, é 22% das empresas em Lisboa tencionam avançar para insolvência, 19% no Algarve e 18% da região Norte;

### FINANCIAMENTOS

- Apenas 31% das empresas recorreram a financiamento, das quais, 86% referiram que o mesmo tinha sido aprovado;
- No entanto, 9% referiu que ainda não tem o dinheiro disponível;
- O pagamento de salários foi o motivo mais referido pelas empresas (80%), para terem recorrido a financiamento;
- Só 19% das empresas pretendem recorrer à nova linha de crédito dos 1.000 milhões de euros.

### APOIO À MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

- Apenas 25% das empresas têm intenção de recorrer aos novos mecanismos de apoio à manutenção dos postos de trabalho;
- Destes, 68% irá optar pelo Apoio à Retoma Progressiva e 32% pelo Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade;
- Das que tencionam recorrer ao Incentivo Extraordinário, 57% irá requerer o apoio de 1 Salário Mínimo Nacional.

Fonte: Inquérito AHRESP



## DESTAQUES - Alojamento

ÍNDICE

### RESERVAS E TAXAS DE OCUPAÇÃO

- Em julho, cerca de 27% das empresas não registou qualquer ocupação, e 20% indicou uma ocupação até 10%;
- 36% indicou que a taxa de ocupação de julho registou uma quebra superior a 90% face ao período homólogo (julho 2019);

- Para os meses de agosto e setembro, em cerca de metade das empresas, o mercado nacional é o que está a ter mais representatividade nas reservas. 33% das empresas refere que é o mercado internacional e 17% indica 50/50 entre mercado nacional e internacional;

- Para o mês de agosto, cerca de 20% das empresas não esperam uma taxa de ocupação acima dos 10%, e cerca de 23% das empresas perspetivam uma ocupação entre 10% e 30%;
- Esta tendência mantém-se para o mês de setembro

Fonte: Inquérito AHRESP

## Anexo 7: Resultados do inquérito da AHRESP de maio e de julho de 2020 para o setor da restauração e bebidas sobre os efeitos do COVID-19, feito a um universo de 1418 empresas.

